TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

SUMÁRIO

1. ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 30 DE JANEIRO DE 1991

1.1. ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1. COMUNICADOS DA MESA

- Requerimento, de autoria dos Líderes Partidários, que "Solicita à Mesa Diretora que durante o período de 11 a 15 de fevereiro não se realizem sessões nesta Casa".

- Requerimento de 1991 que "Solicita urgência na apreciação do Projeto de Lei n° 035/95, que "Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do DF, do Quadro de Pessoal da Fundação do DF, e dá outras providências".

1.2.2. COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PCB

- Referência ao oficio encaminhado ao Sr. Governador do DF, solicitando a integração de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais e da Associação Brasileira de Reforma Agrária à Comissão de Regularização Fundiária do DF.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Manifestação de repúdio à fundação e registro da entidade representativa dos funcionários desta Casa.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome da Bancada do PTR

- Manifestação de apoio ao pronunciamento da Deputada Lúcia Carvalho nesta sessão.

DEPUTADA MARIA DE **LOURDES ABADIA,** em nome do PSDB

- Apresentação da relação dos Deputados Distritais que compõem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente.

1.2.3. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO **AGNELO** QUEIROZ (PC do B)

- Solicitação de urgência na tramitação do projeto de lei que "Determina à Fundação Hospitalar do DF, compensar os dias de serviço não prestados em ftinção de greve", e defesa da apresentação de projeto, por esta Casa, que garanta a liberação de servidores no **exercício** de cargo eletivo.

- Apresentação de projeto de lei que "Trata do reajuste dos preços do serviço de transporte coletivo no DF, e dá outras providências".

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PDS)

- Pronunciamento em defesa da agricultura irrigada.

- Aviso do não comparecimento do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Dr. Newton de Castro, na reunião da CAS, a realizar-se **amanhã,** nesta Casa.

DEPUTADO **EDIMAR PIRENEUS** (PDT)

- Apresentação de projeto de lei que "Estabelece passe livre para os alunos da área rural do DF e do Entorno que estudam na rede oficial de **ensino**".

- Solicitação da prorrogação do prazo de pagamento do **IPVA,** devido aos erros cometidos pela Secretaria de Fazenda nos carnes.

DEPUTADO **WASNY DE ROURE** (PT)

- Abordagem sobre o desenvolvimento de **políticas** agrícolas no Distrito Federal.

- Referência à desativação de supermercados da CNA e cobrança ao GDF de interferência na questão.

DEPUTADO **EURÍPEDES** CAMARGO (PT)

- Manifestação de apoio ao Projeto de Lei nº 29, de 1991, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no DF".

DEPUTADO **BENÍCIO** TAVARES (PDT)

- Agradecimentos a Sra. **Wesliam Roriz** pelo apoio aos deficientes que, a partir de agora, contarão com vagas exclusivas nos estacionamentos públicos e privados da cidade.

- Comentários sobre matéria veiculada na imprensa local, intitulada "Comerciante perde os olhos e acusa hospital".

1.3. ORDEM DO DIA

ITEM ÚNICO - Discussão e votação, em regime de urgência, do Projeto de Resolução n° 10, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa, e dá outras providências". APROVADO por votação simbólica.

1.4. GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC do B)

- Registro da participação desse parlamentar no lançamento da campanha contra a recessão, promovida pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, juntamente com partidos políticos e sindicatos.

- Justificação do projeto de lei, de sua autoria, que regula a política de reajuste dos preços dos transportes coletivos.

- Apresentação de requerimento de convocação do Sr. Secretário de Transportes do DF, para prestar informações sobre o Sistema de Transporte Coletivo do DF e os sucessivos aumentos nas tarifas cobradas à população.

- Apresentação de requerimento que solicite ao GDF documentos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo.

DEPUTADO JORGE **CAUHY (PL)**

- Pronunciamento sobre a proposta de programa de industrialização para o Distrito Federal, preparada pela Federação das Indústrias.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE (PTR)

- Comentários sobre matérias veiculadas no Jornal BsB-Brasil sob os títulos "Manoelzinho pode ser o Relator do Regimento", "Idéia Infeliz" e "CUT pede sala para se instalar na Câmara".

DEPUTADO TADEU RORIZ (PSC)

- Explanação sobre a importância da implantação do metrô de superfície no Distrito Federal.

- Referência à declaração do Deputado José Genuíno, do PT, publicada no "Correio Braziliense" de hoje.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- Considerações sobre o funcionamento desta Casa Legislativa.

1.5. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Registro da visita do Deputado Wilmar Rocha, do Estado de Goiás, a esta Casa.

1.6. ENCERRAMENTO

Ata da 18ª Sessão Ordinaria , em 30 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária , de 13 Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). [illegible]

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) ~~Benício~~ Tavares, Pedro Celso

Às 15 horas e 05 minutos, ~~encontravam-se~~ presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz(PC do B)
- Deputado Aroldo Satake(PDS)
- Deputado Benício Tavares(PDT)
- Deputado Carlos Alberto(PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro(PDT)
- Deputado Edimar Pireneus(PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo(PT)
- Deputado Fernando Naves(PDC)
- Deputado Geraldo Magela(PT)
- Deputado Gilson Araújo(PTR)
- Deputado Padre Jonas(PDT)
- Deputado Jorge Cauhy(PL)
- Deputado José Edmar(PTR)
- Deputado José Ornellas(PL)
- Deputada Lúcia carvalho(PT)
- Deputado Manoel Andrade(PTR)
- Deputada Mª de Lourdes(PSDB)
- Deputado Maurílio Silva(PTR)
- Deputado Pedro Celso(PT)
- Deputado Peniel Pacheco(PST)
- Deputada Rose Mary Miranda(PTR)
- Deputado Salviano Guimarães
- Deputado Tadeu Roriz(PSC)
- Deputado Wasny de Roure(PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo nu

mero regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Benício Tavares a assumir a Se-

cretaria.

Não há expediente sobre a mesa.

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente

1 - Agnelo Queiroz
2 - Aroldo Satake
3 - Edmar Pireneus
4 - Eurípedes Camargo
5 - Wasny de Roure
6 - Benício Tavares

Convido a ocupar a tribuna o nobre Deputado Agnelo Queiroz

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou referir-me a alguns projetos que estão na Ordem do Dia.

Em primeiro lugar, solicito urgência no encaminhamento de um projeto de lei de autoria do Executivo que estava na Comissão do Distrito Federal, no Senado, e foi remetido a Câmara Legislativa.

Trata-se de assunto da maior importância, porque, a princípio, faz parte de um acordo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde e o Governo do Distrito Federal, que determina à Fundação Hospitalar do Distrito Federal compensar os dias de serviço não prestados em funcão da grave e dá outras providências. A greve aconteceu em setembro, portanto, urgentemente esse projeto deve ser votado, sob pena de seus efeitos não se concretizarem.

O pedido de urgência necessitaria de seis assinaturas; no entanto, quinze Deputados o assinaram. Seguramente, se eu o tivesse apresentado a outros Deputados, também o teriam assinado. É pre-

ciso, portanto, autorização da Fundação Hospitalar do Distrito Federal para que o acordo seja cumprido. Emcaminho esta proposição à Mesa com as devidas assinaturas.

Outro projeto, Sr. Presidente, trata da liberação de servidores do Distrito Federal no exercício do mandato nas diretorjt as das entidades sindicais. Nesse período, há, na verdade, uma ofensiva, no Governo do Distrito Federal, visando a envolver as entidades dos servidores públicos que têm enorme tradição de luta. Algumas entidades com dez, quinze anos são representadas não só no Distrito Federal, como em todo o Brasil.

Acho oportuno que a Câmara Legislativa entenda que o servidor pode se manifestar e se organizar livremente, consoante a Constituição Federal, e apresente um projeto que garanta a liberação de servidores no exercício de cargo eletivo, sem perder suas prerrogativas normais.

Sr. Presidente, eu teria de apresentar um projeto, para o qual chamo a atenção dos Deputados, porque diz respeito ao interesse de toda a população do Distrito Federal, principalmente da população mais carente.

O projeto trata do critério de reajuste dos preços do serviço de transporte coletivo no Distrito Federal, e dá outras providências. Isto porque fomos surpreendidos, mais uma vez, por outro aumento abusivo dos preços das passagens de ônibus no Distrito Federal, e, seguramente, toda a população está ansiosa por ver uma resposta desta Casa com relação a tudo isso dessas empresas para com o nosso povo.

O projeto diz o seguinte:

"Art. 1º O reajuste das tarifas dos serviços do transporte coletivo do Distrito Federal não poderá exceder ao percentual máximo estabelecido pelo Governo Federal para os reajustes do salário mínimo;

Art. 2º O reajuste previsto no artigo anterior só entrará em vigor três meses após o último reajuste de tarifas concedido;

Parágrafo único. Existindo mais de um reajuste do salário mínimo no período de três meses, será adotado como parâmetro, para o reajuste das tarifas, o menor percentual estabelecido pelo governo federal para o salário mínimo;

Art. 3º Fica o Poder Executivo obrigado a enviar à Câmara Legislativa, para apreciação e decisão em plenário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, o percentual pretendido para novo valor das tarifas, acompanhado das Planilhas de custo, resoluções e informações detalhadas que justifiquem o reajuste;

Art. 4º A Câmara Legislativa do Distrito Federal deve equipar-se para executar, mensalmente, a partir dos próximos 60 (sessenta) dias, auditoria em todo o Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Distrito Federal;

Art. 5º As empresas permissionárias e concessionárias do transporte coletivo urbano do Distrito Federal ficam obrigadas a recolher diariamente ao Caixa Único o valor arrecadado na venda de passagens;

30 JAN 1991

Ct-5

Art. 6º - O Governo do Distrito Federal fica obrigado a descontar, em todos os acertos periódicos para pagamento às empresa dos serviços prestados, os débitos das empresas permissionárias com o Caixa Único

Parágrafo único – As empresas permissionárias citadas no caput deste artigo só poderão receber qualquer tipo de pagamento nos acertos periódicos após terem quitado o volume total do débito que tiverem com o Caixa Único;

Art. 7º – Fica criada a Tarifa Especial de Transporte pela qualr fora do horário de pico, o usuário pagará a metade do valor da tarifa normal;

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considera-se horário de pico o período das 7:00 às 9:00 (sete às nove) horas, das 11:00 às 14:30 (onze às quatorze e trinta) horas e das 17:30 às 19:30 (dezessete e trinta às dezenove e trinta) horas;

§ 2º - Aos passageiros que pagarem a Tarifa Especial com o Vale Transporte, será devolvido troco em moeda corrente.

§ 3º - A Tarifa Especial de Transporte tem validade nas linhas de ligação e nas linhas circular do Plano Piloto e das Cidades Satélites;

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sr. Presidente, gostaria de, no Grande Expediente, ~~solicitar~~ apresentar a todos os Deputados a justificativa deste projeto de lei, trazendo novas dados relacionados a ~~com relação a esta~~ problemática do transporte coletivo.

Tenho confiança em que esta Casa rinrá um tansta porque o nosso povo Rrtá cansado com o nível de mesquinharia praticada contra os usuários – oitocentos mil passageiros/dia – que sofrem na mão de meia dúzia de empresários dos transportes coletivos.

s / Ivi.

30 JAN 1991

CL-6

Orador: Agnelo Queiroz (conclui)
Taq: Ivi
Hora: 3h15min
Data: 30.01.91 4/1

Esta Casa é o depositário das esperanças da nossa população neste aspecto, pois diz respeito ao seu interesse.

Por isso, eu gostaria que os companheiros Deputados aprovassem este projeto. No próximo horário do Grande Expediente, pretendo ocupar a tribuna para dar mais detalhes sobre a justificativa desta proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Aroldo Satake.

ARALDO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O SR. DEPUTADO SATAKE (PDS. Em nome do orador. Pronuncia o seguinte discurso.

— ~~SENHOR~~ Sr. PRESIDENTE, Srs. e Srs. ~~SENHORAS E SENHORES~~ DEPUTADOS, ~~SENHORES DA IMPRENSA E PÚBLICO EM GERAL~~,

A TERRA E A ÁGUA, UM CASAMENTO PERFEITO, CUJOS FRUTOS SÃO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A NOSSA SOBREVIVÊNCIA, PRECISAM RECEBER ~~UMA~~ MAIOR ATENÇÃO DE NOSSA PARTE, antes QUE A ABUNDÂNCIA SE TRANSFORME EM ESCASSEZ, PELO EXAGERO NA EXPLORAÇÃO DA TERRA E O DESPERDÍCIO NO USO DA ÁGUA.

VISANDO a LUCROS ALTOS E IMEDIATOS, SÃO MUITAS AS ATIVIDADES QUE VÊM TRANSFORMANDO TERRAS, ANTES FÉRTEIS E PRÓPRIAS, PARA TODA E QUALQUER CULTURA, EM CAMPOS ÁRIDOS E FUTUROS DESERTOS. A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA SEM NENHUMA RACIONALIZAÇAO, BEM COMO O DESPERDÍCIO QUE OBSERVA-SE NA UTILIZAÇÃO SECUNDÁRIA, PODEM PREJUDICAR SENSIVELMENTE O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA NOSSA POPULAÇÃO NUM FUTURO MUITO PRÓXIMO, SE NÃO FOREM TOMADAS MEDIDAS QUE DISCIPLINEM A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, QUE, PARTICULARMENTE NO DISTRITO FEDERAL, NÃO SÃO ABUNDANTES, APESAR DE LOCALIZAR-SE EM NOSSO TERRITÓRIO UM DOS MAIS EXTRAORDINÁRIOS FENÔMENOS HIDROGRÁFICOS DO MUNDP, AS ÁGUAS EMENDADAS: DE UMA MESMA NASCENTE FORMAM RIOS QUE ATINGEM OS EXTREMOS DO CONTINENTE SUL-AMERICANO, ATRAVÉS DA BACIA AMAZÔNICA E DA BACIA DO PRATA.

UM EXEMPLO TÍPICO DE COMO NÃO EXPLORAR A TERRA E A ÁGUA SEM CRITÉRIOS, NOS CHEGA DAS DUAS MAIORES POTÊNCIAS MUNDIAIS, OS ESTADOS UNIDOS E A UNIÃO SOVIÉTICA. NO PRIMEIRO, NO AQUÍFERO DE OGLALA, FINCADO NO ESTADO DE NEBRASCA E VIZINHANÇAS, AS LAVOURAS IRRIGADAS EXPLORAM DE TAL FORMA OS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO QUE HOJE, ALEM DE UMA QUEDA SUBSTANCIAL NA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS, [VERIFICA-SE] UM PROCESSO ACELERADO DE EROSÃO E PERDA DE CAMADAS FÉRTEIS DO SOLO. A GRAVIDADE DO PROBLEMA E TAL QUE O CONGRESSO AMERICANO, ENTRE MUITAS PROPOSIÇÕES PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA, DISCUTE A SIMPLES SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA REGIÃO, MESMO À CUSTA DO DESEMPREGO DE DEZENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES.

NA UNIÃO SOVIÉTICA, NUMA REGIÃO CONTÍGUA DO MAR DE ARAL, AO SUL DO PAIS, O USO INDISCIPLINADO DA ÁGUA BOMBEADA DOS RIOS E LAGOS PARA A IRRIGAÇÃO DAS LAVOURAS, NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, LEVOU O MAR DE ARAL A PERDER 40% DE SUA EXTENSÃO, CRIANDO UMA IMENSA PLANÍCIE SALINIZADA E DESERTIFICANDO AS REGIÕES PRÓXIMAS COM AS NUVENS DE POEIRA SALGADA LEVADAS PELO VENTO ATÉ 500 QUILÔMETROS DE DISTANCIA. AS CONSEQÜÊNCIAS SÃO DESASTROSAS: A PESCA INDUSTRIAL PERDEU 50 MIL TONELADAS ANUAIS; FLADA MENOS QUE 140 ESPÉCIES DE ANIMAIS FORAM EXTINTAS; A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL MULTIPLICOU-SE POR TRÊS; A TEMPERATURA, NO INVERNO, PASSOU DE 25 PARA 50 GRAUS NEGATIVOS, E NO VERÃO SUBIU DE 35 PARA 50 GRAUS; O VOLUME DA ÁGUA BAIXOU DE 1.100 PARA 650 QUILÔMETROS CÚBICOS.

NO BRASIL, AS POSSIBILIDADES DE DESASTRES ECOLÓGICOS COM PREJUÍZOS IRREVERSÍVEIS ESTÃO SENDO DENUNCIADOS DIÁRIA - MENTE POR ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES QUE SE DEDICAM À DEFE- SA DO MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DA IMPRENSA. A AGRICULTURA NO SUL-SUDESTE, AS LAVOURAS DO CENTRO-OESTE E OS DESMATA MENTOS NO NORTE DO PAÍS PRECISAM SER URGENTEMENTE REORIEN TOS PARA A PRESERVAÇÃO ECOLÓGICAS, PARA QUE, A MÉDIO PRA ZO, O BRASILEIRO NÃO TENHA DIMINUÍDA A SUA QUALIDADE DE VIDA.

NO DISTRITO FEDERAL, A IRRIGAÇÃO TEM SIGNIFICATIVA PARTI CIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA, MAS A ESCASSEZ DOS RECURSOS HÍDRICOS MERECE UM ESTUDO MAIS APURADO DESTE PROCESSO, PARA NÃO SE PERMITIR O PREJUÍZO DE OUTROS SETORES, PRINCIPLAMENTE AS NECESSIDADES BÁSI CAS DA POPULAÇÃO. TAMBÉM MERECE UMA SEVERA FISCALIZAÇÃO O USO SECUNDÁRIO DO PRECIOSO LIQUIDO, POIS E MUITO COMUM O DESPERDÍCIO NAS ATIVIDADES NÃO-ESSENCIAIS, COMO A JARDINAGEM, A LAVAGEM DE CARROS, A LIMPEZA DE ÁREAS PRI- VADAS, OS CLUBES SOCIAIS E OUTRAS.

AS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA E A DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO, EM PORTARIA CONJUNTA, VÃO PROMOVER UMA AÇÃO DESTINADA A FIXAR CRITÉRIOS PARA A CON- CESSÃO DE USO DA ÁGUA, AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO, OS PA DRÕES DE EQUIPAMENTOS DE ASPERSÃO, VISANDO O USO RACIO NAL DAS DISPONIBILIDADES HÍDRICAS. É UMA INICIATIVA QUE ME RECE NOSSO APOIO E CUJOS RESULTADOS DEVEM ORIENTAR UMA CAM PANHA DE ESCLARECIMENTOS À POPULAÇÃO, QUE, POR SUA VEZ,

DEVE PARTICIPAR EFETIVAMENTE DA PROTEÇÃO DOS NOSSOS RECURSOS HÍDRICOS, PARA QUE NÃO SEJAMOS AFETADOS POR PROBLEMA TÃO GRAVE.

DE NOSSA PARTE, ESTAMOS NOS EMPENHANDO JUNTO AS COMUNIDADES AGRÍCOLAS COM QUEM NOS IDENTIFICAMOS NO SENTIDO DE SE ANTECIPAR UM PROCESSO DE ECONOMIA DE ÁGUA NAS IRRIGAÇÕES DAS LAVOURAS E NO USO SECUNDÁRIO DO PRECIOSO LÍQUIDO, O QUE SOLICITO AOS MEUS COMPANHEIROS DE CÂMARA SEJA FEITO JUNTO ÀS COMUNIDADES E SEGMENTOS QUE REPRESENTAM.

PARA SE TER UMA IDÉIA MAIS CLARA DA IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA, QUERO AINDA OBSERVAR que

NO ANO 2000, ~~QUANDO~~ SEREMOS 225 MILHÕES DE PESSOAS no Brasil, O QUE EXIGIRA A DUPLICAÇÃO DA PRODUÇÃO ATUAL DE GRÃOS, ALCANÇANDO, NO MÍNIMO, 150 MILHÕES DE TONELADAS NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS, O QUE SOMENTE SERÁ POSSÍVEL COM A CULTURA IRRIGADA.

O BRASIL TEM, ATUALMENTE, 2.500.000 HECTARES IRRIGADOS, O QUE REPRESENTA SOMENTE 4% DE ÁREA CULTIVADA, MAS ~~QUE~~ RESPONDE POR 16% DA NOSSA PRODUÇÃO GLOBAL DE ALIMENTOS, OU SEJA, A IRRIGAÇÃO PROPORCIONA A QUADRUPLICAÇAO DESTA PRODUÇÃO.

PORTANTO, A SOLUÇÃO PARA RESOLVER A CRISE DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PASSA NECESSARIAMENTE PELA AGRICULTURA IRRIGADA.

~~MUITO OBRIGADO.~~

~~Deputado AROLDO SATAKE~~

~~Tribuna da Câmara em 30/01/91~~

segue zilda

ORADOR; SATAKE
TAQ: ZILDA
HORÁRIO: 15 20
DATA: 30.01.91

30 JAN 1991

CL-13

5/1

~~Gostaria também de~~ [anuncio] comunicar aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que a presença do Secretario de Desenvolvimento Urbano, Dr. Newton de Castro, marcada para a reunião de amanhã, foi adiada, por motivos pessoais, para uma próxima oportunidade. S.Exa. assumiu o cargo há pouco tempo e talvez ainda não tenha conseguido montar sua equipe. Estão faltando ainda alguns detalhes. Era só o que ~~tenho~~ tinha a ~~falar,~~ dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edimar Pireneus.

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-15 f 5/3

~~Sr. P~~

~~SENHOR PRESIDENTE, DA MESA, CAROS COLEGAS DEPUTADOS,~~

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. ~~Pronuncia~~ o ~~seguinte discurso.~~) ____sr. Presidente, ~~da Mesa,~~ caros colegas Deputados, (Sem revisão do orador)

APESAR DE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DETERMINAR QUE O ENSINO DO PRIMEIRO GRAU E OBRIGATÓRIO PARA A POPULAÇÃO DE SETE A 14 ANOS, REGISTRA-SE HOJE, NO PAÍS, E NO DISTRITO FEDERAL EM PARTICULAR, UM ALTO ÍNDICE DE EVASÃO E REPETÊNCIA ENTRE ESSA FAIXA ETÁRIA. SEGUNDO INFORMAÇÕES DO PRÓPRIO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, NA DÉCADA DE 80 VERIFICOU-SE QUE, ~~ENTRE~~ CADA 1.000 CRIAÇAS MATRICULADAS NA PRIMEIRA SERIE DO PRIMEIRO GRAU, APENAS 170 CHEGARAM AO FIM DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

segue Helô

Taq. Helô
Orador: Edimar Pireneus
Horário: 15h25m
Data: 30.01.91

30 JAN 1991 (continua)

CL-16

6/1

ENTRE AS CAUSAS ~~QUE~~ JÁ ~~FORAM~~ EXAUSTIVAMENTE PESQUISADAS, ~~E LEVANTADAS,~~ E INEVITÁVEL QUE SE DESEMBOQUE NO MODELO EDUCACIONAL ~~QUE HOJE~~ ATUALMENTE EM VIGOR NO PAÍS, DESVINCULADO DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA BRASILEIRA, E NA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS PRÓPRIOS ALUNOS. NO CASO ESPECÍFICO DO DISTRITO FEDERAL, DO QUAL DEVEMOS ~~NOS~~ NOS OCUPAR EM RAZÃO DAS NOSSAS ATRIBUIÇÕES NA CÂMARA LEGISLATIVA, ESSAS CAUSAS PASSAM, INEVITAVELMENTE, PELO BAIXO NÍVEL DE RENDA FAMILIAR DOS ALUNOS, E POR DIVERSOS OUTROS FATORES, COMO A BAIXA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES, A FALTA DE MATERIAL, O NÚMERO INSUFICIENTE DE SALAS DE AULA, ENTRE OUTRAS.

NA ÁREA RURAL A SITUAÇÃO SE AGRAVA COM AS CONDIÇOES SÓCIO-ECONÔMICAS DOS ALUNOS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE RENDA INSUFICIENTE E OBRIGADAS A ENTRAR PREMATURAMENTE NA

30 JAN 1997

CL-176/2

FORÇA DE TRABALHO. VERIFICAMOS, NA ÁREA RURAL, QUE UMA DAS CAUSAS PRINCIPAIS DA EVASÃO ESCOLAR E A FALTA DE RECURSOS DO ALUNO PARA AS DESPESAS COM O TRANSPORTE ATE A ESCOLA E O MATERIAL ESCOLAR. GRANDE PARTE DAS ESCOLAS RURAIS OFERECEM O PRIMEIRO GRAU APENAS ATE A QUARTA SERIE E, PARA COMPLETAR O CURSO, OS ESTUDANTES TEM QUE ENFRENTAR QUILÔMETROS A PE, POIS NÃO POSSUEM O DINHEIRO PARA PAGAR O ÔNIBUS. VERIFICAMOS QUE O TRANSPORTE EXISTE, MAS, COM AS DIFICULDADES IMPOSTAS PELA FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS, O ALUNO ACABA CANSANDO DE ENFRENTAR A ESCOLA A PE E DESISTE DO CURSO.

PARA SOLUCIONAR ESTA SITUAÇÃO, E TENDO EM VISTA O INÍCIO BREVE DAS AULAS, APRESENTO HOJE PROJETO DE LEI ESTABELECENDO PASSE LIVRE PARA OS ALUNOS DA ÁREA RURAL DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO QUE ESTUDAM NA REDE OFICIAL DE ENSINO, GARANTINDO ESSA GRATUIDADE EM TODOS OS ÔNIBUS COLETIVOS, NOS DESLOCAMENTOS DE SUAS REDIDÊNCIAS ATÉ A ESCOLA, QUALQUER QUE SEJA A LOCALIZAÇÃO, E VICE-VERSA.. TENHO CERTEZA QUE ESTA MEDIDA BENEFICIARA NÃO APENAS O FILHO DO TRABALHADOR RURAL, QUE É O PRINCIPAL PREJUDICADO PELAS DIFICULDADES DE ACESSO À ESCOLA, COMO TAMBÉM OS FILHOS DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS. FACILITANDO O ACESSO A ESCOLA, ESTAREMOS CONTRIBUINDO PARA QUE NOVAS PERSPECTIVAS SE ABRAM PARA O APRIMORAMENTO DA MÃO-DE-OBRA, DA TECNOLOGIA E DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR RURAL.

30 JAN 1991

CL-18

6/3

TENHO CERTEZA, TAMBÉM, DA QUE ESTA REPRESENTA APENAS UMA, ENTRE UMA SÉRIE DE MUITAS MEDIDAS QUE DEVEM SER TOMADAS PARA FAZER COM QUE O ENSINO PÚBLICO VOLTE A TER A NECESSARIA PRIORIDADE NO DISTRITO FEDERAL, COMO OCORREU NO INICIO DA DÉCADA DE 60, QUANDO GRANDES EDUCADORES DO PAIS, ENTRE OS QUAIS DARCY RIBEIRO E ANÍSIO TEIXEIRA, PROJETARAM PARA BRASÍLIA A EDUCAÇÃO MODELO, VOLTADA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E PARA O BEM-ESTAR SOCIAL. VAMOS TRABALHAR PARA QUE A DÉCADA DE 90 DEVOLVA AO DISTRITO FEDERAL A POSIÇÃO DE LIDERANÇA NO ENSINO-PADRÃO.

~~MUITO OBRIGADO~~

DOCUMENTO RECUPERADO

(D

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Projeto de Lei Nº 040 , 1991

(Do Sr. Edimar Pireneus)

Estabelece passe livre para os alunos da área rural que estudam na rede oficial de ensino.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Os alunos da rede oficial de ensino que residem na área rural do Distrito Federal e entorno , gozarão do passe livre em todos os ônibus coletivos, nos deslocamentos de suas residências até as escolas e vice-versa.

Parágrafo Único. Para usufruirem deste direito os alunos deverão estar uniformizados e portar carteira de identidade específica.

Art. 2º O poder Executivo, via Secretaria de Educação, baixara normas, no prazo de 30 (trinta) dias, que disciplinarão as expedições das carteiras de identidade para os fins a que se refere o caput do Art. 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30/1/91.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 040 / 1991
Fls. n.º 001

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 040 / 1991
Fls. n.º 002

Fls. n.º 003

30 JAN 1991

CL-19

6/4

~~Excelentíssimo~~ Sr. Presidente ~~da Mesa~~ e demais companheiros, tenho outro assunto a abordar.

O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES- IPVA - ~~se~~ TORNOU-SE UM PROBLEMA PARA MUITOS CONTRIBUINTES.

GRANDE PARTE DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS NÃO RECEBEU SEUS CARNES PARA PAGAMENTO DAS TAXAS, E OUTRA PARTE RECEBEU SEUS CARNÊS COM O VALOR ERRADO.

ISSO, SR. PRESIDENTE, TEM ACARRETADO UM VERDADEIRO TUMULTO, DADO O GRANDE NÚMERO DE PESSOAS QUE ESTÃO SENDO OBRIGADAS A PROCURAR OS POSTOS DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA. POR OUTRO LADO, O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PARA O ATENDIMENTO AO PÚBLICO E INSUFIENTE.

A RESPONSABILIDADE PELO NÃO-RECEBIMENTO DOS CARNES PELOS CONTRIBUIENTES EM SUAS RESIDÊNCIAS E, PELOS ERROS **filos** MESMOS, É DA SECRETARIA DA FAZENDA.

POR ISSO, REQUEIRO A ~~VOSSA EXCELÊNCIA~~ V. Exca. QUE SEJA ENCAMINHADO PEDIDO URGENTE AO ~~SENHOR~~ Sr. SECRETARIO DA FAZENDA no sentido da ~~PARA~~ PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DO ~~IPVA~~ IPVA Y PARA QUE TODOS OS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TENHAM CONDIÇÕES DE PAGA-LO SEM MULTA.

MUITO OBRIGADO

x x x

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

À

30 JAN 1991

Sem revisão do orador.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. ~~Pronuncia o seguinte discurso.~~) – Sr. Presidente, e Srs. Deputados, ~~Senhor Presidente, Senhores Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores,~~ Companheiros de Luta:

6.6

O desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil se deu sem o imprescindível desenvolvimento social para as grandes camadas de trabalhadores. Estes ficaram *h* margem do crescimento econômico. A agudização da crise econômica mundial, hoje amplamente discutida, em função do seu agravamento pela guerra no Golfo Pérsico, a hiperconcentração de renda, a exportação de capitais, faz com que sejam ampliados a cada dia os segmentos miseráveis e famintos da sociedade brasileira. A própria classe média vem empobrecendo, perdendo sua capacidade de compra e questionando a competência dessa economia para assegurar-lhe necessidades básicas, como saúde, habitação, educação e, essencialmente, alimentação.

A estrutura econômica foi montada em função do grande capital, multinacional e nacional, dos trustes e monopólios, gerando deformações sociais, carestia e essa permanente frustração da economia em abastecer e atender à enorme massa populacional que vive no limiar da sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o Distrito Federal se insere numa região brasileira de abundantes recursos fundiários, onde o solo e *o* clima são propícios ao cultivo de produtos básicos, como feijão arroz, milho, olerícolas, frutas, mandioca, etc, até com mais de uma safra por ano, necessitando apenas de incentivo e manejo adequado. Além disso, o Governo do Distrito Federal possui uma

estrutura estatal invejável, dificilmente encontrada em outras regiões do Pais (CEASA, SAB, Fundação Zoobotânica, EMATER e BRB) que deveria ser melhor dinamizada, bem administrada e se transformar em instrumento decisivo no aumento da produção, apoio da comercialização e do abastecimento alimentar do Distrito Federal.

Mas, infelizmente, apesar de todas estas condições favoráveis, o Distrito Federal está entre as regiões metropolitanas brasileiras, onde, em termos médios, o consumo de alimentos e a taxa de adequação em calorias e proteínas são os mais baixos do Pais. Isso ocorre, pela pouca produção de alimentos tradicionais no Distrito Federal e na Região do Entorno, fazendo com que sejam maciças as importações de alimentos de outras Regiões, encarecendo estes que chegam extremamente onerados pelos fretes, intermediações e impostos. Dessa forma, a população do DF paga pela alimentação um dos maiores preços do Pais. Não é por outra razão que o DIEESE constatou, no mês de dezembro último, que o consumo alimentar de uma família-padrão no DF alcançou o valor de Cr$ 22.506,00, correspondendo aproximadamente a 2,55 Salários Mínimos. Vejam, Srs. Deputados, quando se tem que 47% das famílias do DF não atingem a renda bruta familiar mensal de três Salários Mínimos, já dá para perceber como o povo desta Capital está se alimentando mal.

Outra situação paradoxal permeia o setor de abastecimento alimentar, ou seja, as camadas da população que detêm os menores salários, localizadas nos assentamentos, Cidades Satélites e Entorno, pagam mais pelo alimento consumido do que as populações

30 JAN 1991

CL-23

de renda mais elevada, residentes no Plano Piloto, Lago Sul e Norte, onde existem os grandes Supermercados privados. Os Supermercados privados se concentram onde o nível de renda é elevado. Os assentamentos, Cidades Satélites e o Entorno, são abastecidos pelo pequeno varejo, tendo precária e insuficiente assistência dos Mercados da SAB ou de seus caminhões volantes. Ou seja, enquanto a população que ganha mais paga o preço de mercado por sua alimentação, a população mais pobre paga o preço da especulação pelos produtos que consome. Assim, a população de baixa renda consome cada vez menos, produtos de menor qualidade e menor variedade. Basta ver que em termos per capita a quantidade de alimentos ingeridos pela população caiu 38% e a quantidade de proteínas caiu 45%, entre 1975 e 1988. E realmente ruim a situação, ~~Senhores~~ Srs. Deputados, e ainda pior é que a tendência dessa situação se agrava. Na medida em que a recessão se amplia, cresce o número de desempregados e chegam a Brasília cerca de 100 ~~(cem)~~ famílias diariamente.

Diante desse quadro e da preocupante perspectiva ~~que~~ da necessidade de alimentação do nosso povo, ~~exigirá~~, o papel do Estado, através da Secretaria de Agricultura, da SAB, CEASA, EMATER, Fundação Zoobotânica e do BRB, é imprescindível e essencial no desenvolvimento de políticas agrícolas, de distribuição, comercialização e ~~de~~ abastecimento alimentar, que supram em quantidade, qualidade e preço as demandas da população. Neste sentido, o Estado estará cumprindo seu real papel, que não é o de ter lucro contábil, mas sim lucro social. Dentro de uma visão humanizada e social, o Estado deve ocupar os espaços,

fazendo com que se aproxime a produção do consumo, a mão-de-obra do trabalho, a cidade da natureza e do verde, através de um CINTURÃO VERDE de produção de alimentos e vegetais frescos. A produção de hortaliças e alimentos perecíveis deve ser a mais próxima possível dos centros de consumo e integrada aos planos de loteamento, de urbanização, de escolas e de creches. Deve-se ter atenção, em primeiro lugar, para a população de risco, que são as crianças, os idosos, as gestantes e as camadas populacionais de menor nível sócio-econômico.

O Distrito Federal deve priorizar culturas de características intensivas no que se refere à utilização do solo, tratos culturais e, conseqüentemente, mão-de-obra, em áreas rurais limítrofes das concentrações populacionais. Os incentivos para as grandes culturas devem se ater às Regiões do Entorno, pela alta disponibilidade de terra e recursos hídricos. Assim, serão atingidos os problemas fundamentais de custo de transporte, emprego e renda. Inclusive, priorizando culturas intensivas e criatórios de pequenos animais confinados, seriam criadas as condições de *tâü&k^tHf*, em larga escala, de técnicas alternativas que invertam o atual impacto negativo das monoculturas no meio ambiente, para alterar o terrível processo de concentração e ociosidade fundiária e colocar o agricultor como sujeito do processo de desenvolvimento e agente direto do abastecimento alimentar. A efetivação dessa proposta deve *t»* dar-se conjuntamente com o Programa de Produção Planificada e ter permanente assessoria técnica da EMATER e destinação de recursos via BRB.

30 JAN 1991

CL-25 7.3

Quanto ao apoio na comercialização, faz-se necessária a ampliação do Programa de Compra Antecipada da Produção, através da SAB fiXCEASA, apoiando a produção via recursos creditícios, garantia contra intempéries, Incorporando no processo produtivo trabalhadores sem terra e os pequenos produtores do DF e Entorno. Deve haver a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos (exigindo-se a participação Jo Governo Federal através da Companhia Nacional de Abastecimento - CNA), incentivo financeiro para constituição de COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E VAREJISTAS, abastecimento regular a facilitado de gêneros essenciais junto aos pequenos varejistas, destinação de áreas centrais das Cidades Satélites e do Plano Piloto para instalação de feiras do produtor rural para comercialização livre dos seus produtos, estruturação de centros de compras e beneficiamento próximo às regiões produtoras, incentivo à instalação de agroindústrias também nas regiões produtoras, reduzindo despesas de frete o excluindo intermediários responsáveis por maior encarecimento dos produtos.

Srs. Deputados, enquanto se constata a necessidade de maior intervenção do setor público em favor das camadas menos favorecidas, efetiva-se no DF a desativação de ~~três~~ Supermercados, ~~cinco~~ Mercados Volantes e um armazem, da extinta COBAL, hoje de propriedade da Companhia Nacional de Abastecimento - CNA. O mais grave é que, após duas tentativas seguidas de alienar os referidos Supermercados para a iniciativa privada, através de concorrência pública, não apareceu nenhum comprador interessado. A comunidade do Cruzeiro reivindica a

30 JAN 1991

CL-26

74

reabertura dos dois Supermercados desativados no local, mas a preocupação da Direção da CNA é exclusivamente de seguir orientações insustentáveis e demagógicas do Governo Federal, pretendendo demitir mais 8000 funcionários dos seus quadros especializados em abastecimento, sendo aproximadamente 500 servidores de sua sede em Brasília. Isto, após demitir quase 8000 servidores em todo o País. Temos, então, exemplo de resultado de uma política desastrada que gera desemprego, desespero e perda de renda ainda maior na sociedade brasiliense. É hora de o Governo do Distrito Federal interferir nesta processo, assumindo os Supermercados desativados, os Mercados Volantes e colocando a Sociedade de Abastecimento do Brasília - SAB, ao lado do consumidor, fazendo com que esta se volte para a sua real função reguladora de preços o abastecimento de gêneros essenciais.

Dentre as necessidades consideradas mínimas, ou seja, alimentação, habitação, saúde e educação, a mais geral e imprescindível é a alimentação. Vinculada a uma política geral de superação da pobreza, a ação do Estado em programas de combate à fome se torna imprescindível, sob pena de comprometer seriamente a vida.

PARA QUE HAJA JUSTIÇA! É O QUE TENHA A DIZER. MUITO OBRIGADO.

30 JAN 1991

CL-27

Orador: Eurípedes Camargo

Taq.: Lilian 15h35 30/01/91 8/1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Eurípedes Camargo.

~~O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Pronuncia o seguinte discurso.)~~

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 01-28

O SR EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador. ~~Pronuncia o seguinte discurso.~~) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Todos nós, Deputados eleitos à primeira câmara Legislativa, somos conscientes de que representamos o coroamento da grande luta pela autonomia uolítica e administrativa do DF, e do dever que ê exercer e defendê-la como a mais importante conquista democrática de nosso povo, que espera que a aperfeiçoemos através da Lei Orgânica, representativa do ordenamento legal que haveremos de jurar e defender para o bem-estar de todos.

Por isso, Srs. Deputados, estranhamos o grande açodamento em se apresentar projetos que até poderão chocar frontalmente com o que for definido naquele diploma constitucional, que há de ser elaborado também com a participação direta dos grandes segmentos sociais de nossa população, para o maior reforço de sua legitimidade e perene continuidade.

Sabemos que os problemas são graves, demandam soluções urgentes, e queremos imediatamente entrar no processo de elaboração de nossa Lei Maior, para, aí, sim, nos sentirmos seguros em nossa atividade de legislação ordinária, sem suspeita de trabalharmos em causa própria ou defendermos interesses subalternos.

O que mais estranhamos e repudiamos é que, depois de tantas lutas e conquistas democráticas, ainda apareçam autoridades que, em nome dessas liberdades, insistam em governar através de atos elaborados em seus gabinetes de forma autoritária, teimando em afrontar-nos a todos. Digo a propósito da reativação da Portaria nº 011, de 28/2/89, do Secretário de Segurança Publica do DF, que define locais abertos ao público e fixa logradouros vedados às manifestações populares. Na verdade, aquela Portaria não define quais locais são abertos ao público; muito ao contrário, fixa todos em que é proibida a livre manifestação da vontade popular.

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

8/03

PL-29

S.Exª

Não percebe o Secretário que, se ~~ele~~ agora volta ao Governo, este (governo tem legitimidade conferida pelo povo do DF, e certamente este povo não aprova mais atos ilegítimos.

Por isso, damos nosso integral apoio e louvor ao projeto de Lei nº 029/91, da Deputada LUCIA CARVALHO, que dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao publico para a realização de reuniões no DF.

EURIPEDES PEDRO DE CAMARGO- PT

DEPUTADOS DISTRITAL.

Brasília, 30 de Janeiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Benício Tavares, que está autorizado a falar da Mesa.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 12 anos venho lutando pelo direito fundamental de todo cidadão, o direito de ir e vir.

Estive há poucos momentos com a Primeira-Dama do Distrito Federal, Sra. Weslian Roriz, para relatar-lhe algumas das nossas dificuldades e pedir-lhe o apoio necessário para revertermos determinadas condições aqui em Brasília. Hoje, vejo nos jornais da cidade matéria intitulada

(s/lara)

30 JAN 1991

CL-31

Taq. Iara 9.1

Hora 15 h 40 data 30-01-91

Orador - Benicio Tavares (cont.)

" O deficiente ganha vaga em area piíBlica do DF" , ft qual gafnte que em todos os estacionamentos públicos e privados da cidade, de teatro, cinema, restaurante e hospitais, os deficientes contarão, a partir de agora , com vagas exclusivas.

A primeira dama também orientou o Sr. Secretário de Segurança Publica no sentido de que nesses locais sejam instaladas rampas para possibilitar o acessso de pessoas portadoras de deficiências.

Sinto-me gratificado, porque ha 12 anos estamos lutando por isso. Vejo que a nossa cidade, a partir de agora, poderá tornar-se um exemplo para todos os governantes, para Deputados e Senadores que aqui habitam, fazendo com que eles levem essas sujestões aos mais longínquos recantos do nosso País.

Deixo aqui meu agradecimento à primeira dama , D. Weslian.

Ao mesmo tempo em que faço um agradecimento, desejo também denunciar matéria veiculada nos jornais da nossa cidade, intitulada " Comerciante perde os olhos e acusa hospital".

O nobre Deputado e colega Edimar Pireneus solicitou a presença nesta Casa, do Secretario de Saúde , Deputado Jofran Frejat, para que S. Exca. esclare

ça a morte da menina Letícia, de apenas 2 anos, no hospital de Brazlândia, ~~morte~~ causada por infecção.

Apelo no sentido de que seja apurada também essa denuncia veiculada no " Correio Braziliense" , referida na ~~no~~ qual o comerciante Genival Ribeiro, de 23 anos, foi levado ao Hospital de Base com um pequeno ferimento à bala, perto dos olhos, perdendo, assim, a sua visão. Acredito que podemos apurar esses fatos, a fim de resgatar o direito que tem qualquer pessoa de procurar o serviço médico público, tão necessário na nossa cidade, e ser bem atendido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

30 JAN 1991

CL-33
9.3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Passaremos, em seguida, às ~~a parte do Pequeno Expediente destinada à Comunicação de lideranças.~~

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

~~O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Pronuncia o seguinte discurso)~~

30 JAN 1991 CL-34

O SR CARLOS ALBERTO (PCB - Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Nesta manhã enviei ao Sr. Governador Joaquim Roriz ofício solicitando que sejam integrados à Comissão de Regularização Fundiária do Distrito Federal representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais - IBER, e da Associação Brasileira de Reforma Agrária - Seção DF. Como sabemos, a referida Comissão, recentemente criada, e que conta com representantes, entre outros organismos, da Fundação Zoobotânica e do Incra, terá papel fundamental para efetuar um completo levantamento da situação fundiária local, e que muito contribuirá para as ações de governo e para os trabalhos legislativos desta Casa.

Apesar de contar oficialmente com 31 anos, Brasília já vem experimentando o agravamento da questão fundiária. Grande parte das terras públicas foi cedida a terceiros sem critérios muito bem definidos, e hoje, ao invés de estar voltada para sua função precípua, que é produzir, acabou destinada apenas ao lazer e à própria especulação. Ao mesmo tempo, opera-se uma forte concentração das terras sob domínio privado, a mesma tendência verificada a nível nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Rurais-IBER, recorrendo ao cadastro do INCRA, chega a alguns dados preocupantes: 7% dos 6.000 proprietários de imóveis no Distrito Federal possuem uma área estimada em 154 mil hectares, perfazendo 68% de todas as terras que não estão sob o domínio do GDF. Ou seja, aos poucos começam a se formar ao nosso redor grandes latifúndios, muitos deles improdutivos.

A meu ver, a presença na Comissão de Regularização Fundiária de representantes de entidades vinculadas aos interesses dos trabalhadores rurais e à discussão do tema reforma agrária, antes de tudo, é uma questão de justiça. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o

30 JAN 1991

CL-35

IBER e a ABRAS-DF têm-se constituído, ao longo dos anos, em verdadeiros esteios dos interesses do povo de Brasília, quando a discussão é sobre produção agrícola, uso de terras públicas e política de arrendamento. Acredito que estas três entidades possuem história e experiência suficientes para dar grandes contribuições a uma política de regularização fundiária do Distrito Federal.

30 JAN 1991

CL-36

TAQ. SUELI

ORADOR: CARLOS ALBERTO(CONT.)

HORÁRIO: 15h45 30.01.91 10.1

Peço o apoio dos demais companheiros e colegas desta Casa, Sr. Presidente, e também um contato com o Sr. Governador, no sentido de que essa Comissão de Regularização fundiária do Distrito Federal seja fortalecida com a presença dessas três entidades representativas da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ocupo este espaço de Comunicação de Liderança para dizer que eu e a nossa bancada nos sentimos indignados com o fato agora divulgado - e acho que todos tomaram conhecimento: a fundação e o registro de uma entidade representativa dos funcionários da Casa, já publicado no "Diário Oficial" do Distrito Federal.

Isto para mim é a pérola do peleguismo, porque todos têm conhecimento de que os nossos funcionários se reuniu para esboçar uma entidade com essa finalidade, e foram tomados de surpresa quando descobriram que no dia 02 de janeiro de 1991 os Srs. Armando Lopes Martins e Gilvan Ramos de Oliveira - Mdepois, temos de saber a qual gabinete ou a quem servem - registraram um sindicato em nome dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Peço à Mesa, inclusive, que nos forneça informações sobre essas duas pessoas, Armando Lopes Martins e Gilvan Ramos de Oliveira, se são funcionários da Casa e para quem trabalhara, porque nós, o PT e a CUT, repudiamos esse comportamento, que se configura a pérola do peleguismo.

O que apoiamos é aquilo a que assistimos ~~nessa~~ na semana que passou - nossos funcionários chamando outros funcionários para, juntos, discutirem, a médio prazo, a criação de uma associação para defender seus interesses.

Peço a solidariedade de todos os colegas no sentido de que repudiem a criação de uma entidade fantasma. E vamos tratar de detectar quem são esses dois funcionários que, em nome do corpo de funcionários da Casa, oficializaram esse sindicato.

Da nossa parte, já estamos orientando os servidores que quiserem impetrar tej mandado de segurança para que procurem os meios legais de impedir que essa entidade se concretize, pois não te-

ve *a* participação de nenhum dos nossos funcionários - a menos que eu esteja redondamente enganada e desinformada. Mas, pelo que conheço de todos aqui, não iriam eles incentivar esse tipo de abuso e de arbitrariedade.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, apresento meu protesto ã atitude desses dois funcionários, que sequer conheço. [redacted]

[redacted]

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães). - Com a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade, para uma comunicação de liderança.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aliar-me ã Deputada Lúcia Carvalho, pois realmente acho um absurdo fundar um sindicato antes que exista a categoria que ele vai representar. É o cúmulo do absurdo. Acho que fundação de sindicato depende única e exclusivamente do desejo da categoria. Concordo com V. Exa., Deputada Lúcia Carvalho não ate pode criar sindicato de funcionários da Casa sem a participação dos trabalhadores aqui do Legislativo.

(O Sr. Presidente - Com a palavra a Deputada Maria de Lourdes Abadia - Delza.)

30 JAN 1991

Data. 30.01.91 11/1
Horador.
Hora. 15h50mim
Taq.Mota II

O SR. PRESIDENTE. (Salviano Guimarães.) - Concedo a palavra à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, passo às mãos de V.Exa., para conhecimento da Mesa, a relação dos Deputados Distritais que compõem a [illegible] Comissão de Defesa do Meio Ambiente.

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

01-42

11/2

O.I. Nº 04/91-GD

Brasília, 30 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento, a relação dos Deputados Distritais que compõem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente.

Na oportunidade, informo que este grupo tem caráter informal, suprapartidário e defenderá as causas ambientais no Distrito Federal.

Com a certeza do apoio de Vossa Excelência, aproveito para apresentar meus protestos de elevada estima e particular consideração.

Abadia

MARIA DE LOURDES ABADIA
Deputada Distrital

Exmo. Sr.
Dr. **SALVIANO GUIMARÃES**
DD. Presidente da Câmara Legislativa do DF
N E S T A

MLA/cro

30 JAN 1991

Cl-43

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

11/3

FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

DISTRITO FEDERAL

Nesta data 10/01/1991 - os Deputados Distritais abaixo relacionados, constituem a Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente no Distrito Federal.

A mesma tem caráter informal, suprapartidário, com o compromisso de defender as causas ambientais.

Brasília, 10 de janeiro de 1991.

01 Maria de Lourdes Abadia - PSDB.
02 Edimar Pireneus PDT
03 [signature] PDT
04 [signature] PDT
05 [signature] PDS
06 Lucia Carvalho PT
07 Tadeu Roriz P.S.C.
08 [signature] PTR
09 Gilson Araujo PTR
10 [signature] (MAURILIO) "
11 [signature] - FERNANDO NAVES PDC
12 [signature] - JOSE EDUAR PSC
13 [signature] - CLAUDIO MONTEIRO PRP
14 Agnelo Queiroz PC do B
15 G. Pereira - MAGELA PT
16 Eurípedes P. de Camargo PT
17 Carlos Alberto L. Torres PCB

30 JAN 1991

CL-44

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) - Há sobre a Mesa requerimento dos Srs. Líderes partidários. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO (Benício Tavares.) - Requerimento à Mesa Diretora:

"Nos termos da letra "b" do parágrafo único do art. 154 do Regimento Interno, os líderes de partidos e blocos partidários solicitam à Mesa Diretora que durante o período de 11 a 15 de fevereiro não se realizem sessões nesta Casa. Assinam os Deputados: Peniel Pacheco, Manoel Andrade, Fernando Gaves, Jorge Cauhy, Lúcia Carvalho e Padre Jonas."

Obs.: Inserir CL 44-A

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) - ORDEM DO DIA.

Votação, em regime de urgência, de projeto de autoria do Deputado Benício Tavares. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO (Benício Tavares) - ~~Matéria lida.~~

CL-44-A

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DOCUMENTO RECUPERADO

REQUERIMENTO Nº 031/91

A Mesa Diretora,

Nos termos da letra B do parágrafo único do Art.154, do Regimento Interno, os Lideres de Partidos e Blocos Partidários solicitam à Mesa Diretora que, durante o período de 11 a 15 de fevereiro, não se realizem Sessões nesta Casa.

Brasília, 30 de janeiro de 1991.

- PST
- PDC / BP
- P.L
- PT
- Li. PDT

30 JAN 1991

CL-45

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

À 3ª Secretaria para publicação 16/01

À Mesa

Aprovado 24/1/91

"PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010 DE 1991.

(DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES)

PROÍBE O PORTE DE ARMAS DE QUALQUER ESPÉCIE NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA LEGISLATIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - É proibido o porte de arma de qualquer espécie, em todas as dependências da Câmara Legislativa.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica quanto às pessoas que, por expressa imposição legal, só possam exercer as respectivas atividades profissionais, no âmbito da Câmara Legislativa, portanto armamentos, nem aquelas designadas para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras, desde que, neste último caso, haja comunicação escrita com antecendência mínima de quarenta e oito horas, indicando o número e o nome dos servidores destacados para este fim.

Art. 2º - Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, o infrator do disposto no artigo 1º terá sua arma apreendida, será lavrado auto de apreensão da arma, dando-se ciência ao presidente da Mesa, que adotará as providências legais pertinentes ao caso.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É prática comum em todos os Parlamentos a proibição de se portar arma no plenário, durante as sessões legislativas.

O Regimento Administrativo do Senado Federal proíbe, expressamente, o porte de arma em qualquer de suas dependências.

Considerando que esta Casa adotou o Regimento Legislativo do Senado como norma, até que se aprove o próprio, encarecemos aos colegas Deputados a concordância com os termos deste Projeto de Resolução, como

RR 010/91

medida preventiva, até que o nosso Regimento Administrativo estabeleça as normas sobre este assunto.

Sala das Sessões, (l de janeiro de 1991.

BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL
3S SECRETARIO

PR 010/91

30 JAN 1991

REQUERIMENTO Nº 154/ftv

Nos termos do disposto no Artigo 336, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência ao Projeto de Resolução nQ 010/91, que " Proíbe o porte de armas de qualquer espécie nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 1991.

PCB

PT

PDT

PDT

Maria de Lourdes Abadia

José Ornellas

PSC

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) - Esta Presidência designa o Deputado Cláudio Monteiro para emitir parecer oral.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, traz o projeto em *sus.* justificativaque é prática comum em todos os parlamentos a proibição do porte de armas em suas dependências. Entendemos ser a matéria preventiva, oportuna e justa. Portanto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) - Em discussão. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a aprovação do presente projeto de resolução, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Oradores inscritos no Grande Expediente:

1. Agnelo Queiroz
2. Jorge Cauhy
3. Manoel Andrade
4. TAdeu Roriz
5. Geraldo Magela
6. Peniel Pacheco

Orador: o Sr. Presidente
Taq. Andréa
Hor. 15.55

30 JAN 1991

02-49

12.1

GRANDE EXPEDIENTE

Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR". AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou abordar, como anunciei no Pequeno Expediente, o estabelecimento de uma política de reajuste do preço dos transportes coletivos. Antes, porém, até mesmo em homenagem a vários sindicalistas aqui presentes — o companheiro Presidente do "Sindicatão", Luiz do Vale, o companheiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, Figueiredo, e outros — devo dizer que participei ontem do lançamento da campanha contra a recessão, o desemprego, em defesa do salário, contra a miséria e pela retomada do crescimento com distribuição de renda. Foi uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, juntamente com partidos políticos, sindicatos, movimento popular, parlamentares, CNBB, DIAP, DIEESE, FENAJ, OAB e outras que tentam articular a sociedade para resistir ã política do Presidente Collor, uma política de recessão, desemprego, desnacionalização, entrega do País, uma política antinacional que tem levado à perda do emprego milhares de trabalhadores brasileiros.

Então, gostaria que isto constasse dos Anais desta Casa como

elogio ã iniciativa da Central Onica dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, neste momento delicado para nossa população, que tem grande expectativa com relação a esta Casa, quero chamar a atenção dos companheiros Deputados para a justificativa do nosso projeto que regula a política de reajuste dos preços dos transportes coletivos.

Os reajustes de passagens de coletivos urbanos no Distrito Federal sempre causaram enorme drama ã população, particularmente ã mais carente, que necessita destes servicos. Muitos devem lembrar-se da revolta ocorrida na década de 80, quando vários ônibus foram quebrados pela população insatisfeita.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PCdoB)
GABINETE Nº 16 - FONE:347-4626 / RAMAIS: 356 e 352

30 JAN 1991

CL-51

12.3

Com a implantação do Caixa Único, criou-se a expectativa de uma mudança qualitativa nos serviços de transporte coletivo urbano do DF. Uma justa expectativa. O Caixa Único constitui um instrumento moderno de gerenciamento. Tem diversas vantagens, dentre as quais destaco a possibilidade de controle público do serviço, o que lhe garante transparência; facilidade na implementação de uma política de transporte ajustada aos interesses da coletividade; barateamento dos preços e custos dos serviços. O Caixa Único, como ressaltei, é um instrumento que por si não garante nenhuma destas vantagens. Sua utilização sem qualquer fiscalização e sob a ótica do interesse das empresas privadas, não resguarda os interesses coletivos da sociedade.

No último dia 26, o "Diário Oficial" do Distrito Federal circulou com os Decretos 12.993 e 12.994, do Governador Joaquim Roriz, estabelecendo novo reajuste nas tarifas dos coletivos urbanos do Distrito Federal. Elas foram majoradas na média de 40%. Conhecida como a mais cara das tarifas de transporte urbano do País, particularmente neste momento de grave crise econômica e quando o Governo Federal executa uma política de arrocho de salários, o aumento no preço das passagens apresenta-se como injusto e cruel para os usuários.

Com o objetivo de resguardar os interesses dos usuários menos favorecidos, este projeto de Lei vincula os reajustes das tarifas ao reajuste do salário mínimo - um parâmetro bastante razoável, já que a maioria dos usuários do transporte coletivo são de trabalhadores que recebem salário mínimo.

Ao mesmo tempo, define um prazo de três meses como o interregno mínimo entre um aumento e outro, para garantir w» certo fôlego ao já minguado salário do trabalhador brasiliense.

Mais do que definir os critérios de reajuste nas tarifas, este projeto de Lei pretende fazer o que a Secretaria de Transporte nunca fez: criar as condições para a administração do transporte coletivo do DF sob a ótica da coletividade. Neste aspecto duas medidas destacam-se: a participação da Câmara Legislativa de forma permanente e incisiva neste processo e a melhor distribuição dos passageiros pelos horário de utilização do transporte coletivo urbano.

No primeiro aspecto, este projeto de Lei determina que todos os aumentos sejam discutidos pela Câmara Legislativa do DF, em plenário, para garantir a transparência do processo. Ao mesmo tempo, determina que a Câmara procure se equipar tecnicamente para exercer esta função, criando uma assessoria que, inclusive, mensalmente, deverá fazer auditoria no Sistema de transporte e mesmo nas empresas.

O segundo aspecto é a criação da Tarifa Especial de Transporte, que tem por objetivo criar uma alternativa para a concentração de passageiros no horário de pico. Este tem sido o discurso oficial e das empresas para justificar a ineficiência do sistema. Nunca, entretanto, foi buscada qualquer alternativa.

1a/

Vemos, *m* poucos metros da Câmara Legislativa, uma centena ou mais de ônibus parados, esperando o horário do pico.

Com a redução da tarifa, diversos segmentos de usuários poderão optar pela utilização dos coletivos nos horários especiais. Isto não raltera nada no pagamento do sistema. Nestes horários, normalmente, os ônibus ficam parados porque os seus custos já estão pagos. A utilização dos veículos neste horário não acarretará em nenhum acréscimo de custo nos Itens fixos da planilha, como, por exemplo, salário do motorista, número de veículos, uniformes, etc. Os únicos custos que sofrerão alterações são aqueles variáveis, como: consumo de combustível, gasto dos pneus, etc.

A Tarifa Especial de Transporte prevista pela metade da tarifa normal, portanto, não trará qualquer prejuízo ao Caixatitaico; ao contrário, poderá aumentar a receita. É comum caminhadas de pequeno trajeto para evitar o gasto elevado com a tarifa. A Tarifa Especial vai incentivar o uso do ônibus em pequenas distâncias, além de criar melhores condições de atendimento à população nos horários de pico. Os trabalhadores da economia informal, por exemplo, serão, certamente, usários da Tarifa Especial de Transporte, assim como as empregadas domésticas e diaristas que recebem as passagens dos empregadores, dentre outros.

Outra proposição contida neste Projeto de Lei é a que obriga as empresas permissionárias a pagarem o que devem ao Caixa Único. EMistem dívidas fantásticas que já deveriam, inclusive, ter sido pagas por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal, entretanto, fez ouvido de mercador à determinação do Tribunal.

Peço, portanto, aos nobres colegas Deputados, que apoiem este Projeto de Lei, que tem o objetivo indiscutível de criar as condições para que o funcionamento do transporte coletivo do Distrito Federal melhore significativãmente. [Trago esta proposta, que teve por escopo relatório encaminhado típ GDF por comissão de representantes da sociedade, criada pelo Governo do Distrito Federal, que, no entanto, não levou a termo as sugestões da Comissão. Ela representa ainda toda a discussão acumulada a partir do processo deflagrado pelo trabalho executado pelo Deputado Federal Sigmaringa Seixas e sua assessoria, a partir de dados coletados na própria Secretaria dos Transportes.

Por isso, peço a todos *os* colegas especial atenção, porque *se* trata de anseio da população, que há tantos anos vem sendo sa queada, humilhada. A média de utilização do transporte coletivo é de uma hora, tendo o usuário de viajar quando se dirige ao trabalho, em pé, em posição desconfortável, uti

lizando ônibus quebrados.

A população do Distrito Federal, a mais saqueada, espera de todos nos uma atitude enérgica, um projeto que garanta a independência desta Casa, a sua autonomia. Assim, poderemos dizer que no Distrito Federal acabou a lei segundo a qual manda o mais forte, os empresários, pois agora existe uma Câmara representante do povo. Não vamos mais aceitar aumentos como esse. O que aconteceu significa uma desconsideração para com a população. Atribuiu-se o aumento aos trabalhadores, aos rodoviários, mas, obviamente, não são eles os culpados, porque não estão incluídos na planilha. Não se justifica um aumento após outro, mesmo depois da justa reivindicação dos trabalhadores rodoviários.

S/LIVIUS

Por nuo isro? ITimPiramento, não reoassam dinheiro, que R utilizado durante esse período, e depois, ficam quinze dias, o dinheirB- nas caixas depositado, especulando. Não podemos permitir que isso ocorra. Neste projeto existe um artigo que dispõe sobre o repasse imediato para o Caixa Único, pra evitar a especulação. Acima de cores partidários, que agora quem legisla para o Distrito Federal n esta Casa, somos nós, os Deputados. Portanto, este projeta nao R só meu, mas dos vinte e quatro Deputados Distritais. Temos que evitar essa situação e não deixar que nossa população seja humilhada, usurpada por meia dúzia de empresários milionários, às custas rio sofrimento alheio.

Ouço o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO - Srs. Deputados, somo-me aos que apóiam a proposição de V. Exa.. porque hojo nao há transparência alguma nos cálculos tarifários. Agora mesmo, a população foi penalizada com um reajuste de 40% nos preços das tarifas - nenhuma entidade foi ouvida a este propósito. O Conselho de Transportes Públicos Coletivos á uma verdadeira farsa. Ninguém sabe de onde vêm as pessoas que o constituem, nomeadas pelo Governo atual e anteriores do Distrito Federal. A iniciativa de V. Exa. é bastante saudável, porque hoje o Departamento de Transportes Urbanos é um drgão sem qualquer estrutura. Oitenta e quatro por cento das pessoas que lá trabalham não têm vínculo direto com o Departamento. Os níveis salariais de seus servidores são os mais distorcidos possíveis. Lá,

~~nesse caso em~~ pessoas que ocupavam cargos de chefia recebiam salários inferiores aos seus subordinados. Apóio, também, porque considero salutar a idéia, que seja autorizado por esta Casa os aumentos tarifários, pois hoje não há nenhuma transparência neste sentido. Para se ter uma idéia, o Departamento de Transportes Urbanos não sabe informar quantos empregados possui aquela organização. A contabilidade do Caixa Único é feita pelas empresas e enviada ao DTU, que, simplesmente, acolhe o que as empresas informam. É preciso que a iniciativa seja tomada, porque, como já disse nesta tribuna, o trabalhador que ganha salário mínimo gasta mais da metade somente com tarifas de transportes coletivos. Recentemente o Governo aumentou as tarifas, e os homens do GDF, como o Secretário do Trabalho, o Secretário dos Transportes e o Secretário de Comunicação Social, dizem que as tarifas foram majoradas em face do reajuste salarial concedido aos rodoviários. Ressalto que esse reajuste foi rejeitado na assembléia da classe, por unanimidade, pois não satisfaz o de que a categoria precisa. Portanto, não é verdade que os reajustes ocorreram em virtude do aumento de salário dos rodoviários. O próprio Governador Wanderlei Vallim, em audiência que então mantive com S. Exa., anunciou um déficit no Caixa Único ora de 499 milhões de cruzeiros. Inclusive, S. Exa. criticou o seu antecessor por haver deixado um rombo dessa magnitude no Caixa Único. Os jornais de hoje publicaram que o déficit de 499 milhões caiu para 48 milhões de cru -

zeiros, ou seja, o Governo conseguiu ragar as suas dívidas as custas do trabalhador dos transportes coletivos, acirrando, ainda mais, a animosidade entre usuários o rodoviário, o que projudica r. qualidade do serviço na cidade. Como V. Exa. disse, n servico de transportes coletivos do Brasília é um dos piores e mais caros do País. ' qui se paga tarifas com preço equivalente a quase o dobro da cidade segunda colocada em custo de tarifas. São Paulo, onde o ~~preço~~ custo da passagem está em torno de ~~bitenta~~ 85 — e c ~~ined~~ cruzeiros. Essa situação é P s tr amam e n te séria. É preciso que nesta Casa deliberemos sobre este assunto, para que a comunidade seja ouvida. É ~~preciso~~ necessário, também, democratizar o Conselho de Transportes Públicos Coletivos e dar transparência rs de cisões sobre reajustes de tarifas. - ~~acrescentar~~ conveniente, finalmente, acabar com essa "caixa preta" chamada DTU.

s / Ivi.

Quero, apesar disso, dizer que lá há técnicos de altíssimo gabarito, com reputação que ninguém duvida, mas hoje não têm autonomia administrativa, nem financeira, e vivem de pires na mão, de um órgão para outro, tentando obter um mínimo de recursos, a fim de resolverem o problema dos transportes. Isto, sem falar da situação da própria TCB, empresa pública que, ao longo dos anos, foi sucateada. Hoje a população fica à mercê, não de meia dúzia de empresários de transportes, Deputado Agnelo Queiroz — são quatro e até há pouco tempo eram três — que dizem estar quebrando, mas compram fazendas, empresas de táxi aéreo, empresas aéreas e muito mais. É este o seu eterno discurso. fi uma situação de calamidade que precisa ser corrigida, e entendo que a correção deve ser feita nesta Casa. Quero aproveitar, se V.Exa. me permitir, para fazer uma denúncia. Entra Governo, sai Secretário, mas segue a lengalenga. As pessoas que exatamente definem o cálculo tarifário para a população do Distrito Federal continuam as mesmas no DTU. Vale a pena prestar atenção a este aspecto. Desde Ronaldo Costa Couto até o segundo mandato do Governador Joaquim Roriz — a continuação do seu primeiro Governo, que está sendo agora — o certo é que as pessoas que controlam esses setores vitais do Departamento de Transportes Urbanos são os mesmos até hoje. Então fica uma coisa bas

tante suspeita no ar.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Acolho o aparte do nobre compa nheiro, Deputado Pedro Celso. Quero dizer que comungamos também com V.Exa. essas idéias, que se somam ã nossa intenção de dar para a Câmara Legislativa um papel maior de responsabilidade na fiscalização de área tão importante como esta.

Gostaria de acrescentar que não devemos parar por aqui. Por isso, estou encaminhando dois requerimentos ã Mesa.

O primeiro deles diz o seguinte:

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-59

REQUERIMENTO 021/91

O Governo do Distrito Federal, através dos Decretos nº 12.993 e 12.994, de 26 de janeiro deste ano, reajustou o preço das passagens do transporte coletivo, causando grande revolta na população. A cada mês o transporte coletivo sofre reajuste, o que o coloca entre os mais caros do país.

Enquanto isso, o Sistema de Transporte do Distrito Federal permanece deficiente, a frota não se renova, a população é obrigada a andar grandes distâncias por falta de maior distribuição das linhas, ao passo que uma grande quantidade de ônibus permanece estacionada, à espera do horário de pico.

Para agravar a situação, o Sistema, injustificavelmente, apresenta déficit, revelação feita pelo próprio Governador, fato que merece detalhada explicação do governo sobre a estimativa tarifária; o recolhimento da receita ao Caixa Único do Sistema; a definição de linhas e o numero de viagens; a forma de aferir a quilometragem admitida pelas empresas e a quilometragem contratada; o controle sobre passageiro por Km rodado; a conferência das Planilhas de Custo; o comportamento do governo na administração e fiscalização do Sistema e o papel do D.T.U no planejamento do Sistema visando à sua maior eficiência.

Estas informações, dentre outras, devem ser do pleno conhecimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, razão pela qual consideramos de grande importância o depoimento pessoal do Secretário de Transportes do Distrito Federal para elucidar todas as indagações dos Deputados.

Considerando, por isso, a situação do transporte coletivo do Distrito Federal e sua influência decisiva no dia-a-dia da população,

Considerando, finalmente, a necessidade da cá-

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

01-60

Continuação, fls. 02.

Câmara Legislativa do Distrito Federal, representante legítima da população, de inserir-se no debate, controle e decisão . sobre o Sistema de Transporte Publico Coletivo;

REQUEIRO à MESA, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 50 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, seja convocado o Sr. Secretário de Transportes do Governo do Distrito Federal para prestar, pessoalmente, informações detalhadas a esta Casa, sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e os sucessivos aumentos nas tarifas cobradas â população.

Sala das Sessões, 1991

Deputado Agnelo Queiroz

P C do B.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

30 JAN 1991

30 JAN 1991

CL-61

Este é o outro requerimento: 033/91

"

REQÜERIMENTO

Considerando a situação em que se encontra o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal, jogando sobre as costas da população, mês-a-mês, o déficit provocado por fatores estranhos à própria comunidade e â Câmara Legislativa;

Considerando que o reajuste das tarifas todo mês não vem significando melhoria do. serviço, renovação da frota, facilidade na locomoção dos usuários;

Considerando que o governo do Distrito Federal, tem o dever de administrar e fiscalizar o Sistema, evitar e punir a evasão de receita, impedir o déficit do caixa-único e atender condignamente à comunidade;

Considerando que as planilhas de custos apresentadas pelos empresários devem merecer rigorosa análise por parte do Governo, da Câmara Legislativa e da comunidade em geral;

Considerando, finalmente, que a Câmara Legislativa tornou-se, por força constitucional, o estuário das discussões e decisões sobre a vida social, administrativa, econômica e política do Distrito Federal, incluindo aí o controle do sistema de transporte coletivo e sua repercussão na vida da população;

Requeiro à Mesa, nos termos dos Art. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Governo do Distrito Federal documentos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo, contendo resoluções, decretos, portarias, atos, que versem sobre reajustes, operações, uso, posse, regis-

tros, computação, concessão e permissão do serviço, incluindo:

1- definição de linhas, número e controle de viagens;
2- Critérios utilizados para majoração das tarifas;
3- Controle das quilometragens admitida e contratada;
4- Fiscalização sobre o sistema das empresas em aferir nos boletins número de passageiros por Km rodado
5- Cobertura ao sistema de gratuidade para militares idosos, vale-transporte e passes estudantis;
6- Repercussão do reajuste dos rodoviários sobre a planilha de custos;
7- Prestação de contas das Empresas do valor da receita arrecadada;
8- Recolhimento da receita ao Caixa Único do Sistema;
9- Substituição e renovação da frota;
10- Atribuições e trabalho já desenvolvido pelo D.T.U

Sala das Sessões, 01/91.

Deputado Agnelo Queiroz

Enfim, solicito todas as informações necessárias para que esta Casa se aparelhe e passe a exercer, de fato, a sua função de fiscalizadora das ações do Governo.

Esta é uma oportunidade de ouro que esta Câmara Legislativa tem para mostrar que nasce independente. Não podemos permitir que ocorra novamente o que aconteceu com ~~essa~~ uma empresa de transportes que há dois anos recebeu 20% do seu faturamento para fazer renovação de sua frota. Não a fez. O Tribunal de Contas do Distrito Federal mandou que ela devolvesse o montante de dinheiro, com o qual se poderia oferecer passagem a custo zero, durante seis meses, e congelar o preço da mesma por seis meses no Distrito Federal. E o débito dessas empresas com o Caixa Onico. Já há pedido de reposição por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Esse valor não é cobrado nem descontado dessas empresas.

A esses absurdos temos de dar um basta. A esses grandes empresários que aqui ~~[illegible]~~ ensiqueceram, teremos de mostrar que esta Câmara Legislativa tem autoridade. Esta será nossa grande oportunidade.

Tenho certeza, convicção, com toda honestidade, de que estes Deputados honrarão seu mandato. E isso que a nossa população tanto espera de nós, principalmente que demos um basta aos

cartéis que sempre controlaram os transportes nesta cidade.

Agora, com autonomia política, temos certeza de que os nossos companheiros Deputados agirão de forma independente. Vamos votar a favor do interesse do povo. Temos de dizer aos empresários que agora eles têm de "comer na garrafa". A situação não pode continuar do jeito que sempre foi.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

* * *

ORADOR: SR. PRESIDENTE

TAQ: ZILDA

HORÁRIO 16:15

DATA: 30.01.91

30 JAN 1991

CL-65

#11

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Solicito ao Sr. 19 Secretário, nobre Deputado Pedro Celso, a tomar assento à mesa. (O Sr. Secretário toma assento à mesa.)

Ha sobre a mesa um requerimento de urgência.

Solicito ao Sr. 19 Secretário, Deputado Pedro Celso, que faça a leitura do ~~mesmo.~~ requerimento.

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-66

16/2

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) —

REQUERIMENTO Nº

Nos termos do disposto no artigo 336, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo da Resolução no 049/90, requeremos urgência ao Projeto de Lei no 035/91, que cria cargos de Professor da Carreira Magistério Publico do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências, oriundo do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1991.

PRP

PTR

Gilson Araújo - PTR

PTR

Gatão PDS

P.L.

P.S.C

PDT

PDT

PSL

PT

Lucia Carvalho PT

PCB

José Ornellas PL

— PT

PC do B

Maria de Lourdes Abadia - PSDB

PT

30 JAN 1991

QL-67 1613

O Sr. PRESIDENTE (Sálviano Guimarães) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais para designarem relatores para esta matéria, a fim de que os mesmos apresentem seus relatórios, dentro dos prazos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

Segue Lili

30 JAN 1991

16/1

CL-6P

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO JORGE CAUHY
NA SESSÃO DO DIA 29.01.91

Sem revisão do orador.

SR JORGE CAUHY (PL. ~~Pronuncia o seguinte discurso.~~) -

Sr. PRESIDENTE, Srs. DEPUTADOS,

TEMOS, NÓS, DEPUTADOS, FESTEJADO DESTA TRIBUNA, A AUTONOMIA POLÍTICA DO POVO DO DISTRITO FEDERAL, QUE APÓS 30 ANOS OBTEVE a LIBERDADE DE ELEGER O SEU GOVERNADOR E ESTA CÂMARA LEGISLATIVA, COMPLEMENTANDO A ELEIÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES, OCORRIDA EM 1986.

EIS, CONTUDO, QUE A NOSSA LIBERDADE DESEJADA, PROCURADA COM ARDOR, NOS TRAZ UMA HERANÇA DE MARGINALIZAÇÃO, DESEMPREGO E DEPENDÊNCIA.

SOMOS POLITICAMENTE AUTÔNOMOS, PORÉM, ECONOMICAMENTE DEPENDENTES.

BOA PARTE DAS DECISÕES QUE NOS AFETAM DIRETAMENTE É TOMADA FORA DA NOSSA ORBITA DE INFLUÊNCIA.

O DISTRITO FEDERAL E UMA VERDADEIRA CIDADE SATÉLITE, NA SUA INTEIREZA, PERCORRENDO ORBITAS EM TORNO DE UM PLANETA QUE SE CHAMA "ADMINISTRAÇÃO FEDERAL".

PARA RETIRAR BRASÍLIA DESTA DEPENDÊNCIA, O ÚNICO CAMINHO SERÁ O NOSSO CRESCIMENTO ECONÔMICO AUTO-SUSTENTADO, A ÚNICA SOLUÇÃO CAPAZ DE REVERTER A SITUAÇÃO A QUE ESTAMOS SUBMETIDOS.

ESSA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA TEM NATUREZA CULTURAL. BRASÍLIA FOI CONCEBIDA PARA SER ASSIM. BRASÍLIA CRESCEU ASSIM E VIVEU ASSIM.

A INDUSTRIALIZAÇÃO É O NOSSO CAMINHO NATURAL. NÃO VEJO, HONESTAMENTE, INCOMPATIBILIDADE NA CONVIVÊNCIA ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INDUSTRIALIZAÇÃO. PENSO QUE AS DUAS ATIVIDADES PODERÃO CONVIVER HARMONIOSAMENTE.

INCOMPATIBILIDADE EU VEJO, ISTO SIM, ENTRE UMA SOCIEDADE AJUSTADA, TRABALHADORA, E UMA PARCELA CONSIDERÁVEL DE POPULAÇÃO RELEGADA A MARGINALIDADE.

TODOS SABEMOS, MAS NUNCA É DEMAIS REPETIR, QUE MUITAS DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS SÓ PODEM SER ATENDIDAS POR BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS, E A PASSAGEM PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DEVE SER

ESTIMULADA POR UM FLUXO CONTINUO DE RIQUEZA, PROVENIENTE DA INDÚSTRIA OU TEREMOS A NOSSA INDÚSTRIA OU ACEITAMOS CONTINUAR CARREANDO, PARA FORA DOS NOSSOS LIMITES GEOGRÁFICOS, FLUXOS CONTÍNUOS DE RIQUEZA GERADOS AQUI, PARA A SATISFAÇÃO DAS NOSSAS NECESSIDADES BÁSICAS.

SOMOS JÁ, AGORA, UM MERCADO APRECIÁVEL. TEMOS UMA POPULAÇÃO SUPERIOR A 2 MILHÕES DE HABITANTES. NA VIRADA DO SÉCULO SEREMOS MAIS DE 4 MILHÕES!

RESTA SABER SE DECIDIREMOS AGORA SE QUEREMOS AUMENTAR OS DESEQUILÍBRIOS SOCIO-ECONOMICOS OU SE COMEÇAREMOS A CONSTRUIR UMA SOCIEDADE ECONOMICAMENTE FORTE E SOCIALMENTE JUSTA.

PENSO, ~~SENHOR~~ PRESIDENTE E ~~SENHORES~~ DEPUTADOS, QUE ~~VOSSAS EXCELÊNCIAS~~, COMO EU, BUSCARÃO OPTAR POR CONSTRUIR A SOCIEDADE JUSTA E EQUILIBRADA EM QUE OS NOSSOS FILHOS E NETOS HAVERÃO DE VIVER, ABENÇOANDO E BENDIZENDO AQUELES QUE HISTORICAMENTE DECIDIRAM PLANTAR AQUI A PAZ E A HARMONIA SOCIAIS.

PARA CONSEGUIRMOS A CIVILIZAÇÃO PUJANTE DOS SONHOS DE D.BOSCO, PARA ALCANÇARMOS O PÓLO IRRADIADOR DE CULTURA DOS SONHOS DE JK, HAVEREMOS DE DECIDIR MUDAR OS RUMOS DA NOSSA EVOLUÇÃO VEGETATIVA, INTRODUZINDO AS VARIÃVEIS NECESSÁRIAS A NOSSA TRANSFORMAÇÃO.

NÃO PODEMOS ~~NOS~~ ESQUECER QUE A OPÇÃO POR UM CRESCIMENTO AUTO-SUSTENTADO IMPLICA NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS NÃO-PREDADORAS QUE, RESPEITANDO O MEIO AMBIENTE, O PRESERVE PARA AS GERAÇÕES FUTURAS. ISSO, CONTUDO, NÃO SERÁ UM FATOR LIMITANTE; AO CONTRÁRIO, É UMA OPÇÃO INTELIGENTE. GERAR EMPREGOS E RENDA, ESTIMULANDO ATIVIDADES QUE PRIVILEGIEM PROCESSOS INDUSTRIAIS NÃO-POLUENTES, QUE ABSORVAM MÃO-DE-OBRA, CONTEMPLEM AS NOSSAS VOCAÇÕES NATURAIS E APROVEITEM OS RECURSOS QUE NOS TENHAMOS EM ABUNDÂNCIA.

SEM QUERER SER PROFETA, MAS SEM DEIXAR DE SER SONHADOR, POIS, FORAM OS SONHADORES OS RESPONSÁVEIS PELA TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO, VALHO-ME DOS REFERENCIAIS TÉCNICOS PREPARADOS PELA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL, PARA ANTEVER UM POLO INDUSTRIAL RELEVANTE NO NOSSO ESPAÇO TERRITORIAL, GERADOR DE RENDAS E DE EMPREGOS PARA O NOSSO POVO.

O REFERENCIAL TÉCNICO ALUDIDO É A "PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA O DISTRITO FEDERAL", COM QUE NOS BRINDOU A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS, TRABALHO QUE REPUTO DA MAIOR IMPORTÂNCIA,

30 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

1613

V. Exas.

A PONTO DE RECOMENDAR A ~~VOSSAS EXCELÊNCIAS~~ QUE O LEIAM E ESTUDEM, COM A MAIOR ATENÇÃO, PORQUE VEJO NELE UM CONJUNTO DE DIRETRIZES ISENTAS DE QUALQUER INTERESSE, QUE NÃO SEJA AQUELE DO NOSSO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

AINDA SE DESTACAM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, TAIS COMO:

- CRIAR NOVAS FONTES DE RENDA QUE PERMITAM REDUZIR A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E FINANCEIRA DO DF EM RELAÇÃO AO GOVERNO FEDERAL;

- GERAR OPORTUNIDADES DE EMPREGO PRODUTIVO PARA GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO DF;

- MAXIMIZAR O POTENCIAL DINAMIZADOR DE BRASÍLIA, COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, INDUZINDO A EXPANSÃO ECONÔMICA DE ÁREAS CIRCUNVIZINHAS COMO O ENTORNO EI A REGIÃO GEOECONOMICA DE BRASÍLIA, COM TRANSBORDAMENTOS POSITIVOS PARA AS REGIÕES CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE;

- CONSTRUIR UM NÚCLEO DE INDÚSTRIAS MODERNAS, NÃO POLUENTES, DE TECNOLOGIA AVANÇADA E GRANDE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE VALOR AGREGADO.

APONTAM-SE LIMITAÇOES E CONDIÇÕES:

- INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO DF COM O DA ÁREA DO ENTORNO E DA REGIÃO GEOECONOMICA DE BRASÍLIA;

- PRESERVAÇÃO DAS FUNÇÕES DE BRASÍLIA, COMO CAPITAL FEDERAL E DE SUAS CARACTERÍSTICAS DE CIDADE-MONUMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE;

- CONTROLE AMBIENTAL;

- USO ECONOMICO E EFICIENTE DE RECURSOS RELATIVAMENTE ESCASSOS COMO TERRENOS INDUSTRIAIS, ÁGUA E OUTROS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA;

- DISPERSÃO DE ATIVIDADES PELAS DIFERENTES CIDADES SATÉLITES, DE MODO A REDUZIR CUSTOS DE TRANSPORTES E EVITAR OS RISCOS DA EXCESSIVA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL;

- UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS MODERNAS E MÉTODOS AVANÇADOS DE GESTÃO.

INDICA A NECESSIDADE DE UM PROGRAMA SELETIVO, SISTEMATICAMENTE INTEGRADO, CUIDADOSAMENTE PLANEJADO E EFICIENTEMENTE IMPLEMENTADO, PAUTADO NAS SEGUINTES DIRETRIZES:

- INDÚSTRIAS LEVES, ORGANIZADAS SOB A FORMA DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. E, SÓ EM CASOS EXCEPCIONAIS, PESADAS OU DE GRANDE PORTE;

- INDÚSTRIAS DINÂMICAS E MODERNAS QUE SE CARACTERIZEM COMO DE ALTA TECNOLOGIA OU TECNOLOGIA DE PONTA;

.- EMPREENDIMENTO COM ELEVADO COEFICIENTE DE EMPREGO POR UNIDADE DE CAPITAL INVESTIDO;

- INDÚSTRIAS QUE UTILIZEM TECNOLOGIAS "LIMPAS" DO PONTO DE VISTA DE POLUIÇÃO AMBIENTAL;

- INDÚSTRIAS QUE CONTRIBUAM PARA ECONOMIZAR OU UTILIZAR DE FORMA MAIS EFICIENTE INSUMOS ESCASSOS COMO ENERGIA, ÁGUA, CAPITAL E DIVISAS;

- INDÚSTRIAS QUE APRESENTEM ELEVADA RELAÇÃO VALOR AGREGADO/INVESTIMENTO.

APONTA, FINALMENTE, A NOSSA. VOCAÇÃO INDUSTRIAL, CONSIDERADOS OS NOSSOS PONTOS FORTES E AS NOSSAS DEFICIÊNCIAS OU CARÊNCIAS. ASSIM, TÊM TODA A PROBALIDADE DE SUCESSO AS ATIVIDADES INDUSTRIAIS QUE CONTEMPLEM AS SEGUINTES INDICAÇÕES:

a) PÓLO DE INFORMÁTICA;
b) PÓLO DE GEMOLOGIA;
c) ELETRÔNICA;
d) IIOTECNOLOGIA;
e) METALURGIA;
f) MADEIRA E IMOBILIÁRIO;
g) CONFECÇÕES E TÊXTIL;
h) MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO;
i) INDÚSTRIAS DE PRODUTOS ALIMENTARES E AGROINDÚSTRIAS* VINCULADAS A PROJETOS DE IRRIGAÇÃO OU CULTURAS INTENSIVAS DE PRODUTOS DE ELEVADO VALOR ECONÔMICO;
j) INDÚSTRIAS DE RECICLAGEM DE MATERIAIS E APROVEITAMENTO DE LIXO;
"D SERVIÇOS INDUSTRIAIS;
m) PÓLO GRAFICO EDITORIAL.

Sr. ~~SENHOR~~ PRESIDENTE, Srs. ~~SENHORES~~ DEPUTADOS, AO USAR DA PALAVRA, EU O FIZ MOVIDO PELO SENTIMENTO DA NECESSIDADE DE APONTAR UM CAMINHO, QUE ENTENDO ÚNICO, QUE PODE ESTAR CHEIO DE OBSTÁCULOS, MAS

SABEDOR[redacted] DE QUE CABE A NOS APLAINÁ-LO E PAVIMENTÁ-LO, PARA QUE POSSA SER TRILHADO COM SEGURANÇA POR AQUELES QUE NOS SUCEDEREM.

SENHOR PRESIDENTE, ~~SENHORES~~ DEPUTADOS, DE OLHOS NO FUTURO, VAMOS EMPREGAR TODOS OS NOSSOS ESFORÇOS, NOSSA ARTE E NOSSO ENGENHO, NO OBJETIVO DE DOTAR ESTE NOSSO TERRITÓRIO, DA ESTRUTURA INDUSTRIAL CAPAZ DE ABSORVER ESTA MÃO-DE-OBRA QUE ESTA SENDO LIBERADA DO SERVIÇO PUBLICO.

Ouço o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR TADEU RORIZ — Nobre Deputado Jorge Cauhy, quero parabenizar V.Exa. pelo excelente pronunciamento que faz nesta tarde, ~~que~~ o qual, na verdade, reforça o que fiz na semana passada sobre a necessidade de criarmos pólos industrias no Distrito Federal para absorver essa mão-de-obra que hoje existe em nossa região. Mais uma vez, solidarizo-me com V.Exa., desejando-lhe pleno êxito. Lembro, outrossim, que, para que isso se realize, é necessário que p Governo tenha uma política de incentivo fiscal, para atrair empresas para o DF. Sem atrativo fiscal, não acredito que alguma empresa venha a implantar indústrias ou fábricas no Distrito Federal. Muito obrigado *a* V.Exa. por conceder-me este aparte.

O SR JORGE CAUHY - Concedo aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR WASNY DE ROURE - Nobre Deputado, é bastante pertinente sua intervenção de hoje à tarde neste plenário. Gostaria de tecer algumas considerações sobre o assunto, pois muito

me preocupa o processo de industrialização. Não que ele não seja necessário, neste momento, para o desenvolvimento do Distrito Federal. Entretanto, queria ressaltar que uma política de ampliação da oferta para o mercado implica fortalecimento de demanda. Para que ocorra fortalecimento da demanda, é necessário que haja geração de renda suficiente para estimular o mercado. Assim, acredito que o mecanismo que amplie a oferta de produtos inudstriais, dentro do Distrito Federal, reduzindo transporte, reduzindo imposto, e, sobretudo, a bitributação, pode permitir ã população do Distrito Federal ter acesso à aquisição desses bens. Mas o que me preocupa, nobre Deputado, é a situação do nível de renda da nossa população, extremamente achatado. No País não há política salarial, não há reposição imediata das perdas salariais, e assim o consumidor, basicamente o trabalhador, não tem acesso ao mercado. Essa a primeira observação. A segunda é com relação às microempresas. Brasília é, sobretudo, uma cidade onde há muitas micro e pequenas empresas, que devem ser estimuladas, principalmente aqueles que têm a característica de complementação de renda. Creio que seu projeto será extremamente salutar se ~~complementar~~ também a idéia da inclusão,

S/Lilian

do fortalecimento da microempresa no processo de industrialização e de incentivo fiscal no Distrito Federal, sobre o qual *há* pouco falou o nobre Deputado Tadeu Roriz. Por último, a questão da industrialização do Distrito Federal, como bem ressaltou V.Exa., tem de haver uma seleção, porque aqui não temos demanda para muitas delas. Por exemplo, a indústria de insumo. Acreditamos ser pouco provável seu desenvolvimento. Alias, foi muito bem sugerida por V.Exa. a implantação de indústrias de ponta, sobretudo na biotecnologia, hoje um dos maiores avanços na tecnologia industrial. Até mesmo porque aqui existe um dos maiores centros de pesquisas em biotecnologia, o CENARGEN, localizado em frente desta Câmara Legislativa. Assim sendo, mais uma vez, parabenizo V.Exa. por sua intervenção na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nobre Deputado, resta-lhe um minuto.

~~O SR. JORGE CAUHY~~

30 JAN 1991

O SR JORGE CAUHY -

(COMO DISSE "À POUCO, SERÁ DADO PREFERENCIA A INDÚSTRIAS LEVES E DINÂMICAS, DE FÁCIL INSTALAÇÃO EM PRÉDIOS DE ESTRUTURA SIMPLIFICADA QUE PASSARÃO A GERAR EMPREGOS EM POUCOS MESES.

O DE QUE PRECISAMOS, É FAZER PARTIR DESTA CASA LEGISLATIVA, REPOSITÓRIO DOS MELHORES ANSEIOS DO POVO QUE NOS ELEGEU, UM MOVIMENTO DE MOTIVAÇÕES AOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, AO EMPRESARIADO, ÀS INSTITUIÇOES FINANCEIRAS E A TODA A SOCIEDADE PRODUTIVA, DE ENGAJAMENTO NA IDÉIA DE QUE O FUTURO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL ESTA NA INDUSTRIALIZAÇÃO RACIONAL E PONDERADA DO SEU TERRITÓRIO.

A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL DEU A PARTIDA OBJETIVA AO PRODUZIR O EXCELENTE TRABALHO QUE FOI TRAZIDO A ESTA CASA PELO SEU PRESIDENTE, ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO, E ENTREGUE AOS ~~SENHORES~~ Srs DEPUTADOS.

TRATA-SE DE UM PRODUTO SERIO, CALCADO NA REALIDADE DO DISTRITO FEDERAL, PRODUZIDO POR TÉCNICOS DO MAIS ALTO GABARITO PROFISSIONAL, E QUE INDICA UM CONJUNTO DE DIRETRIZES CAPAZES DE ORIENTAR A INDUSTRIALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, COMO ~~QUEREM~~ desejam TODOS AQUELES QUE QUEREM BEM A ESTA COMUNIDADE.

~~MUITO OBRIGADO.~~

Todos os Srs. Deputados receberam da Federação da Indústria e Comércio essa proposta sobre Programa de Industrialização do Distrito Federal.

Espero que V.Exas. a leiam, pois nela encontrarão coisas que satisfarão ao desejo de, progresso para nossa cidade

Muito obrigado.

19/2

O SR. PRESIDENTE (Saliviano Guimarães) - Convido o nobre Deputado Manoel de Andrade a fazer uso da palavra.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no uso da tribuna, quero reportar-me, em primeira mão, a matéria veiculada no jornal "BsB-BRASIL", primeira pagina, sob o título: " Manoelzinho poder ser o Relator do Regimento". Na página 3, o título se repete e aparece uma foto minha comemorando a vitória.

Quero chamar a atenção dos nobres pares para o fato de que naquela fotografia que apareço o terno é o mesmo da posse, portanto, trata-se de foto antiga. Gostaria de dizer aos nobres Deputados, como já disse a imprensa, quando perguntado, que não sou candidato, não estou pleiteando esse cargo. Evidentemente, fiquei a lembrança do meu nome muito me envaidece, mas a matéria nao traduz, com todo o respeito, a realidade. Primeiro, não comemorei vitoria, porque nao sou candidato; depois, a fotografia foi tirada há quinze dias, portanto, nao e de ontem.

Digo aos companheiros Deputados e a imprensa, com todo o respeito que tenho pelas matérias veiculadas pelo "BsB-BRASIL", que essa matéria pode ter sido publicada com o maior interesse possível em ajudar o Deputado, principalmente porque diz que seria uma compensação, uma vez que o PTR estaria desestimulado, teria perdido espaço na composição da Mesa e outros cargos. O PTR não buscou nem vai trocar nada pelo cargo de Relator do Regimento Interno. Nosso partido tem assumido postura de independência.

Taq. Iara

Hora 16 h 35

Orador Monoel Andrade (cont.)

Aquele que for escolhido fyssaç Relator do Regimento Interno e da Constituinte, pela maioria deste Colegiado, terá o apoio do PTR; justamente para ajudar o grande feito democrático, a vontade da maioria.

Mais a frente, há outra matéria, de autoria do grande jornalista Jair de Farias, sob o título "Idéia Infeliz".

Outro aspecto que vale ressaltar ê que o PTR, em nenhum momento, discutiu a questão do voto de liderança. O PTR reuniu-se segunda-feira, para discutir questões outras, nao a do voto de liderança. Primeiro, porque, no nosso entendimento, o voto de liderança precisa ser imito bem examinado. * Não é pelo fato de um grupo dizer que ele não tem validade, que vamos simplesmente concordar. Podemos não concordar com o voto de liderança, encontrando justificativa plausível.

O PTR reuniu-se em caráter extraordinário, na segunda-feira, para analisar um entendimento, para conseguir consenso, participação em bloco, para que se vote votação em unidade, e não necessariamente a favor da proposição de voto de liderança.

Mais uma vez eu pediria ao grande jornalista, que já prestou e tem prestado relevantes serviços a comunicação e à comunidade, que reconsiderasse o artigo publicado hoje no "BsB" , e que restabelecesse realmente o pensamento do PTR. Chamo a atenção para outra matéria , que, para mim, merece consideração, traz o título: "CUT pede sala para *se* instalar na Câmara" . Estou preocupado, porque se a Câmara Legislativa tiver de ceder sala, todas as entidades sindicais - CUT , CGT, USI e outras centrais importantes - naturalmente- teremos de abrir mão de nossos gabinetes .

É evidente que gostaríamos de ver todas essas lideranças trabalhistas e patronais, governo, aqui dentro da Assembléia, mas é impossível que a Câmara Legislativa conceda - não que não mereça- à grande Central Única dos Trabalhadores, que tem relevantes serviços prestados ao nosso País, dependências nesta Casa. Há de se convir que, neste caso, outras entidades civis também buscarão espaço para aqui se instalarem e defenderem seus interesses e o de seus representados.

A persistir, Sr. Presidente, a busca de espaço físico para instalação de entidades civis nesta Casa, com certeza o nossso pequenino Sindicato dos Motoristas de Táxis, que possui uma sede muito pequena, também vai querer algumas salas para se intalar aqui.

30 JAN 1991

Prezados companheiros Parlamentares, este pronunciamento não visa, de nenhuma maneira, desprestigiar ou desmerecer a grande entidade sindical que é a CUT. Respeito-a pelo seu trabalho, pelos seus quadros, mas não ha por que se conceder uma sala a ela, por que as outras entidades civis, com certeza, também irão querer o mesmo.

30 JAN 1991

CL-80

TAQ. SUELI

HORÁRIO: 16h40 30.01.91 21.1

O SR. MANOEL ANDRADE - Concedo p/ aparte ã Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Acho que temos de prestar alguns esclarecimentos com relação ã Central Única dos Trabalhadores e a outras centrais sindicais. Não queremos, de maneira alguma, que a Câmara Legislativa tenha aqui um loteamento de entidades civis, porque são inúmeras as entidades do movimento popular e do movimento sindical. No entanto, as centrais sindicais existem exatamente para organizar as reivindicações globais dessas entidades. Assim também temos conhecimento de que já se articula uma entidade nacional de movimentos populares. Se V. Exa. tivesse feito essa proposta, eu até me solidarizaria com ela. O que temos de fazer é estabelecer um critério para isso. O que não é possível é concordarmos com o Governo quando solicita uma sala para sua representação, e não fazermos o mesmo para as entidades sindicais. Seria o caso de sugerir que esta Casa estabeleça um critério para isto. O DIAP, por exemplo, tem uma sala no Congresso Na

cional, e disse que vai fazer um acompanhamento do desempenho dos Parlamentares nesta Casa. Acho, Deputado Manoel Andrade, que não e o caso de restringir tais concessões, a fim de não inviabilizar a instalação da Casa. O que é preciso ê definir quem ou quais as entidades de âmbito nacional e global poderemos ter aqui como represetações. Este é o nosso ponto de vista, e não estamos pleiteando essa concessão para todos os sindicatos e todas as entidades, apenas para as maiores. V. Exa. entende como ê que as centrais estão organizadas e a importância de termos aqui essas salas, que não serão muitas. A definição de critérios para isso evitará esse tipo de acirramento , esse tipo de manifestação que pode ser prejudicial aos nossos trabalhos.

O SR. MANOEL ANDRADE - Concedo ø aparte ao nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ - Primeiramente, gostaria de parabenizar V. E-xa. pela observação que faz, e me congratular com a nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Lúcia Carvalho. Devo dizer que se terá espaço nesta Casa para a CGT, que é uma grande entidade,

também a UDR deverá dispor de espaço aqui, porque, afinal de contas, não vamos discriminar a esquerda ou a direita. Felizmente no mundo moderno não existem mais essas barreiras. Mas, se todas essas entidades, como V. Exa. bem disse, tivessem espaço nesta Casa, teríamos de construir um anexo, porque não caberia tanta representação neste Parlamento. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE - Agradeço a contribuição ã Deputada Líder do Partido dos Trabalhadores, Lúcia Carvalho, e ao Deputado Tadeu Roriz. Mas vejo que precisamos amadurecer a idéia, porque não se trata de uma disputa entre governistas e oposionistas. Afinal, temos reclamado do alto custo de manutenção desta Casa e muito temos reclamado também dos espaços físicos. Naturalmente, nada impede que a CGT venha a ter uma sucursal em Brasília e venha *a* pleitear também uma sala na Câmara.

(Concedo o aparte ao Deputado Geraldo Magela - Dilza.)

Data - 30.01.91 30 JAN 1991 CL-83 22/1

Hora - 16h45min,

Taq. Mota l

O SR. MANOEL DE ANDRADE - Concedo o aparte ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA - Nobre Deputado Manoel de Andrade, acho que a CGT pode montar uma sucursal aqui, porque ela pode ser sucursal, [redacted] representação, pois organização tenho certeza de que [redacted] não tem. Para haver organização tem de haver trabalhador, tem de haver massa, e a CGT não é uma central de massas. A CGT pode até ter uma sucursal em Brasília, e pode até pleitear uma sala na Câmara Legislativa, mas, se isto vier a acontecer, ela deverá ser tratada da mesma forma que a CUT. É verdade que [redacted] há uma diferença enorme entre ambas, e V.Exa. sabe disso, porque é oriundo do movimento sindical. Acredito que seu sindicato, inclusive, deveria fazer uso da assessoria parlamentar que o DIAP e a CUT vão montar aqui. Estou certo de que seu sindicato seria muito bem servido, pois a CUT presta essa assessoria suprapardidariamente, e V.Exas teriam todas as informações de que necessitassem, embora pudessem servir-se também de outras formas de assessoria. Acho que não é possível ter aqui uma representação de cada sindicato, mas pelo menos dos maiores, daqueles com atuação nacional.

Se a OAB quisesse, poderia instalar aqui uma assessoria parlamentar. Estendendo um pouco mais, o próprio Banco Regional de Brasília deveria instalar aqui uma agência. Afinal, esta é a Casa do povo, que a população, a comunidade, tem de fiscalizar. Qualquer central de movimentos populares poderá instalar assessoria aqui, sim, para controlar os Deputados que aqui estão dizendo representar o povo. Esta é uma função da sociedade civil, e esta Casa, enquanto pretensa representação da sociedade civil, tem de estar aberta a esse tipo de fiscalização.

O SR. MANOEL ANDRADE - Deputado Geraldo Magela, considero interessante a colocação de V.Exa., quando defende a participação das minorias e nega à CGT o direito de também se fazer representar. Lamento que o discurso seja um e a prática seja outra. Mas quero dizer a V.Exa. que, se se abre uma porta para a CUT, que se abra uma porta também para as demais centrais organizadas deste País, minorias ou pequenas centrais, porque aí, sim, se realiza na sua plenitude o ideal democrático da participação. Não sou filiado à CGT, não sou filiado à CUT, mas o nosso sindicato respeita todos os trabalhadores. Achamos que todas elas possuem um instrumento de luta em favor de número maior ou

menor de trabalhadores. Minha preocupação é que esta Casa seja invadida por essas entidades e os Deputados fiquem sem condições de trabalho, isto se todas tiverem espaço aqui e esse espaço não for devidamente ampliado.

Concedo ø aparte ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Nobre Deputado, acompanhamos com profunda atenção a primeira parte do seu pronunciamento, quando se referia a questões relacionadas à Comissão de Constituição e Justiça, ao fato de o seu nome ter sido apontado por um dos jornais da cidade como provável relator. E, de fato, pode, ~~não~~ existe nada que o impeça. Conhecemos sua capacidade, seu trabalho, sabemos que tem condições para realizar essa tarefa. Portanto, a manchete não é mentirosa. Agora, não houve ainda em nenhuma das nossas reuniões, nem de minha parte, qualquer pronunciamento neste sentido. Qualquer dos membros da Comissão que tenha participado das nossas reuniões pode atestar isso. Não houve nenhuma determinação relativamente ao assanto, inclusive acho as polêmicas criadas sobre a matéria um tanto ou quanto prematuras e desnecessárias.

30 JAN 1991

Orador: Manoel Andrade (aparteante: Peniel Pacheco)

Taq. Andréa

Hor. 16:50

CL-86

23.1

E não será assim que iremos conseguir realizar um processo democrático, natural e autêntico de indicação de membros da nossa Comissão para procederem ao exercício da relatoria, que considero da mais profunda relevância em qualquer matéria, independentemente de ser ela o Regimento ou não. Então, deixo aqui também minha palavra de solidariedade a V.Exa., reafirmando que realmente desconhecemos o assunto.

O SR. MANOEL ANDRADE — Concedo aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ -- Nobre Deputado Manoel Andrade, gostaria de me solidarizar com V.Exa quando manifesta tal preocupação. Só discordo de que se deva examinar cada caso sem critério preestabelecido. Esta Casa tem de ser o mais aberta possível, ser um exemplo de democracia, de transparência. Será, sem dúvida, muito mais tranqüilo que a Casa tenha esse comportamento. Quem quiser fiscalizar terá de ter algum tipo de critério, porque senão ficará muito difícil acomodar todas as entidades representativas nesta Casa. Quando se tratar daquelas reconhecidamente importantes, poderemos discutir o caso, a Mesa poderá trazer inclusive alguns deles ao plenário. Minha preocupação é que isso se generalize a ponto de eliminar o aspecto de representatividade da sociedade dos

trabalhadores, ou de colocar nas mesmas condições entidades inclusive paramilitares que têm reputação suja por envolvimento em assassinatos e essas coisas todas. Acho difícil que o Plenário conceda espaço para entidades desse tipo, mas entidades de trabalhadores, reconhecidas a nível nacional, essas devêm ter todo o apoio nesta Casa.

O SR. MANOEL ANDRADE — Sr. Presidente, meu tempo já se esgotou. Agradeço a atenção dos Deputados. Era o que tinha a dizer.

× × ×

O SR. PRESIDENTE (Sálviano Guimarães) — Concedido o Deputado Tadeu Roriz a fazer uso da palavra.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ~~amigos da Imprensa,~~ gostaria de abordar hoje dois assuntos importantes. Primeiramente, vou falar sobre o metrô de superfície e esclarecer ura pronunciamento feito aqui, na semana passada, pelo nobre Deputado Pedro Celso.

~~"O Distrito Federal ... Beth)~~

Beth/30/01/91 30 JAN 1991 16h55/24/1

O SR. TADEU FILIPPELLI (PSC. Pronuncia o seguinte discurso

Senhor Presidente, Srs. Deputados,

O Distrito Federal não tem um sistema de transporte de massa que atenda à população.

Diante disto, venho à tribuna dar minha pequena contribuição para subsidiar os debates e atender às preocupações que observo nesta Casa.

Porque não temos este sistema? Talvez seja necessário voltar um pouco no tempo. Concomitantemente à construção e implantação de Brasília, surgiram os núcleos periféricos, decorrentes da necessidade de abrigar os migrantes que chegaram à região para participarem dos trabalhos da nova capital e para acolher os funcionários públicos excedentes. Foram, então, criadas as cidades satélites de Taguatinga, Sobradinho, Gama, Guará, Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Samambaia.

As cidades satélites de Brazlândia e Planaltina, embora já existissem antes da construção de Brasília, tiveram papel semelhante aos demais núcleos urbanos mencionados, surgidos a partir da Nova Capital.

Tendo sido criada, principalmente, para abrigar os órgãos administrativos do Governo Federal, Brasília deveria ser, na realidade, uma cidade de porte médio, com cerca de 500.000 habitantes. Era pensamento dos planejadores prover as cidades adjacentes ao Distrito Federal da estrutura básica necessária para acolher a massa de migrantes ocorrente à região, ante a perspectiva de empregos e melhoria do padrão de vida. Entretanto, a inexistência dessa estrutura acarretou a explosão demográfica do Distrito Federal, alterando, significativamente, os objetivos iniciais de sua criação.

E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a falta de elaboração e implementação de um Plano de Desen-

volvimento Regional Integrado ~~acarretando~~ que tivesse como conseqüência o aproveitamento da enorme população que hoje vive ~~vivendo~~ na chamada região do Entorno do Distrito Federal.

A ' ~~existente~~ hoje cidade satélite do Gama, no Distrito Federal, e a cidade de Luziânia, em Goiás, ~~é~~ são um fato. Núcleos tais como Novo Gama, Pedregal, Jardim Céu Azul, Lago Azul, Valparaízo I, Valparaízo II e Cidade Ocidental aí estão, vieram para ficar e necessitam de auxílio.

Dados de 1988 apontam para o Distrito Federal uma população de 1.785.863 pessoas, sendo que as estimativas atuais alcançam 2.072.166 habitantes.

E o sistema de transporte de massa?

Qualquer leigo que observe a situação dos aglomerados urbanos e a economia do Distrito Federal verificará a necessidade de um meio de transporte rápido, moderno e eficiente.

E o que fizeram os administradores do Distrito Federal?

Permita-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer aqui um pequeno histórico.

Ao longo dos últimos 14 anos foram realizados vários estudos e pesquisas sobre o transporte de massa no Distrito Federal.

O ~~1º~~ primeiro deles data de 1977 e tinha por objetivo a exploração das alternativas de atendimento das viagens de ligação das cidades satélites ao Plano Piloto, utilizando-se o leito ferroviário da Rede Ferroviária Federal. Concluiu este estudo que as linhas ~~de desejo de~~ para essa viagem não coincidiam com a da ferrovia, e recomendou a adoção de um sistema de transporte rápido sobre pneus, utilizando ônibus articulados, sobre uma via exclusiva, sem cruzamento. O tronco da linha viária de Taguatinga ~~seguindo~~ vai em via segregada, até o extremo sul do Plano Piloto, e, daí, pelo centro da pista do Eixo Rodoviário principal até a Estação Rodovia-

ria, completando a integração por ônibus articulados.

Em 1983, diante da perspectiva de implantação imediata do núcleo urbano de Samambaia, constatou-se, em uma revisão deste estudo, que haveriam condições favoráveis para futuras expansões do sistema, mediante a adoção de algumas medidas.

Em 1985, foi realizado o Estudo de Viabilidade do Sistema de Troleibus de Brasília, recomendada-se basicamente os mesmos sistemas anteriores, mas com solução eletrificada.

Em 1987, concluiu-se o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica dos Sistemas Alternativos de Transporte de Massa para o Distrito Federal. Este estudo contemplou as tecnologias de ônibus, Veículo Leve sobre trilhos (VLT), Trem e Metrô, para um horizonte de 30 anos.

As principais conclusões do estudo foram:

- a solução por ônibus, no DF, tenderia a uma rápida e inevitável saturação, comprometendo o serviço oferecido;

- qualquer perspectiva de evolução urbana requereria investimentos importantes no sistema viário;

- a solução VLT atenderia às projeções mais otimistas de população até o ano 2020;

- as soluções Trem e Metrô atenderiam a todos os usuários;

- haveria redução no custo operacional, embora pequena, ao se comparar as tecnologias ferroviária e á rodoviária;

- para qualquer alternativa de expansão urbana estudada, a primeira linha do sistema de transporte de massa deveria conectar Ceilândia e Taguatinga ao Plano Piloto, com operação já na década de 90.

Finalmente, em 1988, um grupo de trabalho do GDF, integrado por representantes de diversos órgãos, concluiu pela necessidade de um sistema de transporte de massa de média capacidade no corredor Ceilândia-Taguatinga -

Guará - Plano Piloto, elegendo como alternativa o sistema ferroviário de média capacidade, tipo VLT. Foi prevista a possibilidade de evolução para uma tecnologia superior, no caso da demanda atingir 37.000 passageiros/hora/sentido, no pico.

E o que fez o atual Governo, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Preparou a licitação, que ocorrerá em 05.02.91, através da TERRACAP, para a contratação dos serviços técnicos, objetivando a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, do sistema de transporte de massa do Distrito Federal.

E por quê?

Para cumprir lei federal ns 6.938, de 31.08.81, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no 001, de 23.01.86, e a (ei no 041, de 13.09.89, do DF.

Sábia legislação, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E por quê? Entre muitas orientações, recomendações e exigências, esta legislação contempla:

1º- a análise da construção ou não do metrô;

2º- a realização do trabalho por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados;

3º- a exposição pública para consulta de qualquer pessoa física ou jurídica dos trabalhos;

4o- as diversas licenças: prévia, de instalação e de operação; e

5º- realização de audiência publica para discussão do RIMA.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

91-93

Toda a população de Brasília está muito interessada nos rumos que serão dados ao metrô. É um tema da maior relevância social que não pode ser tratado apenas no âmbito administrativo, sem á consulta direta ao povo.

E, para viabilizar á participação popular, nada melhor do que esta Casa abrir as suas portas e entrar no debate.

Seria muito bom que, tão logo a TERRACAP receba da consultoria o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA o que acontecerá dentro de um prazo estimado de 4 meses os submetesse a exame por esta Casa. Ainda mais, que a audiência pública — na qual o povo, as instituições interessadas e o meio político poderão se manifestar — seja realizada no âmbito desta Casa, dando total transparência e democratização ao projeto.

Com esse propósito
Nesse sentido, enviarei requerimento á mesa, para que oficie ao ~~senhor~~ Governador e tome as medidas cabíveis.

~~Era o que tinha a dizer.~~
Ouço a Deputada Lúcia Carvalho.

~~S/LIVIUS~~

30 JAN 1991

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Sobre Deputado Tadeu Roriz, é tam - bém do meu interesse, enquanto Deputada, que a população discuta o famoso projeto do metrô. Em recente audiência com o Governador para tratar de outro assunto -- reconhecimento de entidades – disse a S. Exa. que deveria abrirá um debate público sobre a questão. Essa iniciativo verr ao encontro ria minha preocupação. É preciso que conhe gamos o projeto do metrô, que o Governador Joaquim Roriz usou como plataforma do campanha. Temos alguns estudos sobre a implantação do fc»i sistema de metrô que são importante para abrir a discussão. Sabe— mos que o metrô p um transporte ágil, moderno, com qualidades reco- nhecidas mundialmente. No entanto, reconhecemos que qualquer tipo de pro- jeto de metrô que venha a sar implantado no Distrito Federal cruza - ria, na melhor perspectiva, as cidades satélites, mas Rh nelas não trafegaria internamente. Para alguém vir ao Plano Piloto, tem de usar duas conduções, na ida e na volta. Com o metrô passando na sua cidade, teria de usar até seis conduções para poder chegar ao mesmo local. E eu digo oor quê: se o metrô passasse nor Taguatinga, com um ponto de transbordo, lá, quem morasse em Taguatinga Norte teria de utilizar um ônibus para ir ao local de transbordo, provavelmente no centro. Haveria, então, uma condução. Ao vir para o Plano Piloto, o me tro deixaria o passageiro na rodoviária. Aí haveria transbordo para a Asa Norte, e teria de usar outra condução. Em face dos transbordos entre Tagustinga e c Plano Piloto R da quantidade – seis – ds ônibus

que utilizaria, haveria mais demora nos deslocamentos. Realmente , esta estudo tem de ser muito bem feito, porque o ônus com o metrô recairá sobre todos os que pagam passagem de ônibus, ou seja, a população, os contribuintes. É salutar que esse projeto que se tem intenção de implantar no Distrito Federal seja estudado, porque entendemos que o sistema viário e a atual tecnologia não foram devidamente esgotados. Existe, hoje, clara intenção de onerar o usuário com o preço da passagem, de fazer com que os ônibus demorem, para que a população queira melhorias e até solicite que elas venham com o metrô. É importante que nós, representantes da população, possamos discutir os prós e os contras, quanto à implantação do metrô, suas vantagens e desvantagens, bem como o que os transportes poderiam ter de melhorias. Existe estudo que [illegible] demonstra que por mais barato que custe o metrô ao Distrito Federal, seu preço daria para termos transporte gratuito por trinta anos. Este debate precisa ser aberto. Não pode ser uma despesa que a população assuma, porque, por outro lado, estamos sucateando o transporte público que hoje existe. O metro tem de vir, se realmente interessar, mas que não custe ao usuário o que estamos pensando que vai custar. Louvo a iniciativa de V. Exa. no sentido de pedir que o Sr. Governador envie a esta Casa os estudos iniciais, as propostas iniciais sobre o metrô, para que ocorra debate público. Esta, sem dúvida, iniciativa importante para que as pessoas, os técnicos, em geral, possam se posicionar a esse respeito.

[illegible] / Ivi.

30 JAN 1991

(1) L.96

Orador: Tadeu Roriz (continuação)
Taq: ivi
Hora: 17h05min
Data: 30.01.91 26/1

O SR. TADEU RORIZ — Concedo o aparte ao Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Nobre Deputado Tadeu Roriz, quero congratular-me com V.Exa. porque esse seu requerimento vem ao encontro do nosso interesse em estudar, em tomar conhecimento mais detalhado do projeto do Governador Joaquim Roriz, quanto â instalação do metrô de superfície. Eu, particularmente, já demonstrei minha preocupação ao apresentar um projeto nesta Casa, que nos poderia dar um parâmetro de comparação quanto ã instalação de trens, a exemplo do Bandeirante, em Brasília, que sai daqui para São Paulo. Nas imediações de Luziânia, do km-7, da Cidade Ocidental, de Valparaíso, enfim, de todas aquelas localidades distantes de onde uma passagem de ônibus custa duzentos e poucos cruzeiros. Sabemos, pelo exemplo do Rio de Janeiro, que, com um trem semelhante àquele, essa passagem não passaria de um terço desse valor. Portanto, ao mesmo tempo em que me congratulo com V.Exa., reforço meu pedido para que nossos trabalhos sejam agilizados. Gostaria de ouvir a opinião do Governo quanto a essa minha proposta de instalação de trem urbano, ou suburbano, de Luziânia até ~~nessa~~ a estação rodoferroviária. Quanto ao metrô, pessoalmente, sou favorável,

pois tenho vontade de ver acabado o monopólio das empresas de transportes. As duas empresas mais prejudicadas são a Pioneira e a Viação Planalto. Teremos um metrô estatizado — deve ser, tem de ser, não pode ser de outro modo — sem o alto custo que a Deputada Lúcia Carvalho relatou, a fim de ser viável econômicamente e termos condições de dispor desse tipo de transporte de massa em nossa cidade. É necessário, extremamente necessário, que o Governo do Distrito Federal envie o projeto a esta Casa, para que esclareçamos todas as dúvidas e tenhamos um conhecimento mais detalhado da obra que estamos na iminência de vê-la implantada no Distrito Federal. V.Exa. está de parabéns por apresentar esse requerimento de informações.

O SR. TADEU ORIZ — Muito obrigado pelo aparte.

Concedo *d* aparte ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Nobre Deputado, quero também saudá-lo pela iniciativa de solicitar ao Governador que mande para esta Casa o referido projeto. Poucas vezes a fila para apartear um orador na tribuna esteve tão grande. Este fato decorre da importância do assunto e da polêmica que causa. Todos nós es

tamos curiosos em conhecer o projeto, em saber por onde o metrô vai passar, quanto vai custar, quem vai pagar a conta, quanto por cento da população vai ser beneficiada com *a* obra. Enfim, é uma questão extremamente importante para nossa cidade, que vai mexer com o nosso meio ambiente, com o aspecto urbanístico ~~da cidade~~ do Brasília. *Então* precisamos ter esse projeto o mais urgentemente possível. Estranho que já esteja sendo feita licitação para o RIMA — Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente — para se estudar o impacto sobre o meio ambiente. Impacto sobre o meio ambiente de quê? O ~~projeto~~ metrô passará por onde? Como se faz primeiramente o estudo do impacto sobre o meio ambiente para depois se estudar o projeto? Deveríamos, ~~primeiro,~~ inicialmente, conhecer o projeto, saber por onde vai passar o metrô, a fim de verificar que impacto terã sobre o meio ambiente. Este problema nos preocupa. Apresentarei alguns dados para enriquecer a discussão, a fim de que comecemos a estudar a questão, que é bastante polêmica , não é simples, de forma alguma, ê extremamente complexa. O metrô de São Paulo, por exemplo, hoje um dos mais modernos do mundo, é subsidiado em 50% pelo Governo do Estado. Tentando esclarecer o Deputado José Edmar, quero dizer que de forma alguma vamos atacar o monopólio ou o cartel das empresas de transporte de passageiros do Distrito Federal. Elas são hoje as maiores defensoras do me-

trô. Existe um problema no transporte, que são as linhas de ligação cidades-satélites-Plano Piloto e Plano Piloto-cidades-satélites, o chamado "osso do sistema". O chamado "filé" são as linhas circulares, e as empresas de transportes vão ficar com as linhas circulares. O metrô vai fazer o transporte de passageiros nas linhas de ligação, e as empresas atenderão apenas às linhas circulares, que têm um IPK altíssimo. Portanto, Srs. Deputados, quero também perguntar pelo Plano Diretor de Transportes, que até agora não foi elaborado nem discutido nesta Casa. Dele nao temos conhecimento. Existem premissas jurídicas que precisam ser verificadas antes mesmo da elaboração do projeto e sua apresentação. No mais, quero saudá-lo, repito, pelo sua iniciativa de requerer o projeto para estudo. E extremamente importante e tenho certeza de que proporcionará um dos mais ricos e polêmicos debates que teeS?fe-mos-nesta Casa. Parabéns, portanto, pela iniciativa, e vamos aguardar.

SEGUE ZILDA

30 JAN 1991

CL-100

ORADOR: TADEU RORIZ (CONT)
TAQ: ZILDA
HORÁRIO: 17:10
DATA: 30/01/91

27/1

O SR.TADEU RORIZ- Concedo aparte ao ilustre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE- Deputado Tadeu Roriz, temos mesmo de parabeniza-lo, pois a questão do metrô já vem sendo debatida há muitos anos. Agora estamos verificando a sua realidade. É importante que V. Exa também entre em contato com o Governo, com o Secretário dos Tranportes, com as autoridades envolvidas, para que, como já disse o próprTo Deputado Tadeu Roriz, o debate sobre o metrô seja amplo e a sociedade dele participe. "E interessante analisarmos que estamos vivendo os últimos dias antes do ano 2000. E importante salientar que Brasília nao mais comporta ficar perdida no tempo e no espaço. E uma cidade moderna, que reclama ha muitos anos melhorias nas qualidades de seu transporte. A participação efetiva do Estado, através do metro, com certeza vai inibir o cartel dos transportes, despeito do que foi comentado pelo companheiro Deputado Pedro Celso, à medida que esse metrô for implantado, justamento cobrindo o chamado " osso do transporte coletivo", as linhas de pequenas ligações terão o preço de suas passagens barateadas, porque terão índices maiores de ocupaçao. Quanto mais utilizado o veículo, mais barata será a sua tarifa. Então, parabenizo V.Exa. e o Governador Joaquim Roriz pela destemida iniciativa de proporcionar a instalação do metrô em BrasTlia.

Temos de viver com transporte moderno.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Sr. Deputado, seu tempo está encerrado.

O SR. [redacted] TADEU RORIZ - Solicito à Mesa prorrogação do meu tempo para atender aos demais aparteantes.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Concedo mais cinco minutos a V. Exa.

O SR. [redacted] TADEU RORIZ- Muito obrigado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ- Nobre Deputado, apartearei muito rapidamente, para os outros companheiros também falarem. Gostaria, primeiro, de elogiar a iniciativa no sentido de que este debate seja feito juntamente com esta Casa. Isso é fundamental. Segundo, quero dizer que a discussão sobre o metrô está ligada à questão do transporte de massa do Distrito Federal. Aliás, o assunto fez parte do nosso pronunciamento de hoje nesta Casa. Teremos seguramente de encontrar todas as possibilidades para o uso de alternativas viáveis, com tecnologia nacional etc. No Distrito Federal, infelizmente, este aspecto não está sendo cuidado. Vemos que o próprio sistema rodoviário de transporte urbano é deficitário. Imaginem de quanto seria o déficit do sistema do metro, envolvendo importação de equipamentos, pagando juros de empréstimos, enfim, teria de ser subsidiado, como ocorre inclusive em qualquer capital do mundo. Seja em Paris, seja em Washington, seja em Buenos Aires, seja em São Paulo, o sistema é subsidiado porque o custo é gigantesco. Então, temos de levar em consideração este ponto. Se até agora não estão completamente esgotadas todas as alternativa, a solução é se aplicar de fato, uma

sistema único, com vias exclusivas, e gerenciamento controlado pela sociedade. Mas, de qualquer maneira, a discussão tem de ser realizada nesta Casa, para convencer a todos/que os benefícios sociais serão maiores do que os custos que repassaremos ã sociedade. Temos de ser abertos para discutir e analisar o assunto. Por isso, elogio esta iniciativa. Antes de se fazer uma licitação, deveria haver um projeto global, mostrando todas as implicações, os custos, enfim, todo o planejamento deveria passar por esta Casa, para uma minuciosa análise. Daí, sim, poderemos tomar uma posição mais definitiva.

O SR. TADEU RORIZ – Concedo o aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES – Deputado Tadeu Roriz, quero parabenizar V.Exa. pela sua iniciativa, até porque temos de fazer uma análise profunda. A partir do momento em que for divulgado o início das obras do metrô, com certeza, haverá uma migração incontrolavel no Distrito Federal. É necessário um estudo profundo, portanto, até visando a este ponto de absorção de mão-de-obra carente, que virá ã procura de emprego.

Taq. Helô
Orador: Tadeu Roriz
Horário: 17h15m
Data: 30.01.91

30 JAN 1991

CL-107
28/1

O SR. TADEU RORIZ — Ouço a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Prezado colega, Deputado Tadeu Roriz, gostaria de parabenizá-lo pela sua iniciativa de trazer a esta tribuna requerimento de informações sobre o projeto do metrô. Acredito que todo Deputado eleito assumido tenha o compromisso de lutar por um transporte de massas à altura do povo de Brasília. É um projeto que todos temos interesse em analisar, por ser um meio de transporte que envolve muito dinheiro. A minha sugestão é a de que realmente haja entrosamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo para facilitar essa discussão. Nós tomamos conhecimento da licitação do RIMA. Ninguém conhece coisa alguma. Vários colegas da imprensa já estão nos perguntando sobre o projeto do metrô e é desagradável dizermos que não conhecemos o projeto do metrô ou não conhecemos a proposta da construção do metrô. Acho que deve haver maior aproximação para que realmente estejamos bem informados da iniciativa do Executivo a propósito de elaborar este projeto. Parabéns pela sua iniciativa e confesso que estou muito ansiosa por conhecer a proposta da construção do metrô. Devo ressaltar que não é o metrô de Brasília que deve ser encaminhado a esta Casa, mas sim o projeto

integrado

de transporte de massa, até mesmo porque ~~não~~ sabemos que o metrô não fa-

ra todo o percurso do Distrito Federal. Muito obrigada.

O SR. TADEU RORIZ — Ouço o aparte do nobre Deputado Maurílio Silva.

30 JAN 1991

QL-105

28/3

O SR. MAURÍLIO SILVA – Deputado Tadeu Roriz, a idéia do Sr. Governador Joaquim Roriz é a de enviar a esta Casa um projeto integrado. Esse projeto demanda tempo. Existe um grupo de técnicos trabalhando nele. Temos conversado com algumas pessoas ligadas a esse estudo. Penso que, daqui a alguns dias, teremos todo esse material para ser analisado. Gostaria de pedir aos companheiros Deputados um pouco mais de paciência, para que no tempo adequado tenhamos todo esse material. Seria um projeto integrado de transporte de massa no Distrito Federal. Como V. Exa. disse, Brasília foi construída para 500 mil habitantes no Plano Piloto e hoje já temos mais 1 milhão e 500 mil habitantes na periferia, o que exige do Governo uma tomada de posição para resolver o problema do transporte de massa. Penso que dentro de mais alguns dias teremos aqui um projeto amplo para ser debatido. Muito obrigado.

O SR. TADEU RORIZ — Ouço o aparte do nobre Deputado Jorge Cauhy.

30 JAN 1991

PL-106

28/4

O SR. JORGE CAUHY – Prezado Deputado Tadeu Roriz, gostaria de parabenizá-lo, porque V. Exa. lançou uma polêmica sobre um assunto que já aguardávamos há muito tempo. Tenho certeza de que o Governador, como disse o nobre Deputado Maurílio Silva, trará para esta Câmara Legislativa um projeto, para que seja estudado e discutido por nós. Admiro essa iniciativa do Governador, porque traz para os trabalhadores um transportet mais rápido, mais barato, mais eficiente. Eles poderão chegar mais cedo no serviço e mais cedo em casa também, para estar com seus familiares. De forma que eu parabenizo, mais uma vez, o nobre Deputado Tadeu Roriz por ter trazido essa iniciativa para esta Casa. Muito obrigado.

s/Lili

30 JAN 1991

CL-107

Clarice 29/1

O SR. TADEU RORIZ – Gostaria também, como segundo ponto, de enaltecer a declaração do nobre ~~ilustre~~ Deputado José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores, publicada no "Correio Braziliense", de hoje, segundo a qual o PT tem que adotar uma "visão plural e democrática de um socialismo de esquerda, mais moderno e sem ditaduras internas".

Vejo isso com muita simpatia e interesse, principalmente por se tratar do nobre Deputado José Genoíno, antigo guerrilheiro, combatente na chamada "Guerrilha do Araguaia". Hoje, com lucidez, faz esse tipo de declaração, enaltecendo a visão moderna do PT daqui para frente. Alguns meses atrás, o também ilustre Deputado Roberto Freire fez um pronunciamento parecido, dizendo que a esquerda teria de modernizar-se.

Gostaria que o exemplo do Deputado José Genoíno fosse seguido por seus pares e pelo seu líder maior, o Sr. Luís Inácio da Silva, travestido de Fidel Castro. Que ele também tenha uma visão mais ampla, um horizonte largo para modernizar o partido. Acredito que o diretório do PT em Brasília acatará, certamente, na presença do ilustre Deputado Geraldo Magela, o apelo do seu colega José Genoíno.

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Magela, se a Mesa as-

sim o permitir. (Pausa.)

O SR. GERALDO MACELA – Nobre colega Tadeu Roriz, não nos surpreende a sua assertiva acerca do Partido dos Trabalhadores. Sabemos que V.Exa. tem uma admiração especial pelo PT, mas algumas divergências fizeram com que V.Exa. escolhesse outro partido. Sabemos que V.Exa. pode aproveitar muitas das nossas idéias, tanto no seu mandato, quanto no seu partido. Sabemos da aceitação e da modernidade real dessas idéias. Isso é comprovado pelo número de votos que a cada eleição adquirimos, inclusive elegendo número maior de representantes de nosso partido, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. É verdade, o PT é o que há de mais moderno, em termos de partidos políticos neste país – não há aqui nenhuma modéstia. Já nascemos sob o signo da pluralidade, construímos o partido combatendo o dogmatismo, o monolitismo e todas as formas de ditadura e opressão. Fundamentalmente, continuamos e continuaremos combatendo a pior das opressões, a opressão econômico-social. Infelizmente, isso ainda faz com que a maioria da população fique sob essa ditadura, que leva milhares de crianças e de pessoas idosas à morte pela fome e por falta de assistência. Nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos as assertivas feitas por V.Exa. desta tribuna, e estamos abertos a discussão.

30 JAN 1991

CL-109

O Partido dos Trabalhadores é — mais uma vez, sem falsa modéstia — o que existe de mais moderno na política brasileira. Muito obrigado.

O SR.TADEU RORIZ — Agradeço a V.Exa. o aparte.

x x x

30 JAN 1991

QL-110

29/4

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Srs. Deputados, a Presidência, de acordo com o art. 199 do Regimento Interno, suspende a presente sessão por 5 minutos e solicita à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia que convide o Deputado Estadual por Goiás, Wilmar Rocha, a conhecer o nosso plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Está reaberta a sessão. O Presidente agradece a visita do nobre Deputado Wilmar Rocha, do Estado de Goiás.

Convido o nobre Deputado Tadeu Roriz a assumir a presidência dos nossos trabalhos.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Tadeu Roriz.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz)- Dando seqüência ao Grande Expediente, convido o nobre Deputado Peniel Pacheco a ocupar a tribuna.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna movido por uma preocupação que ~~fins talou-se~~ um mim desde as primeiras horas do dia de hoje.

Lembrei-me de que sao decorridos exatamente 30 dias desde a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e pus-me a fazer uma breve retrospectiva acerca dos acontecimentos verificados nesta Casa do povo. E quero dizer, ~~Senhor~~ Sr. Presidente, que, mesmo a despeito dos muitos desafios que nos são impostos, não apenas por sermos todos marinheiros de primeira viagem, com a honrosa exceção da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, mas, também por estarmos num barco de primeira viagem, esta Casa conseguiu alguns feitos significativos:

Não ~~tínhamos~~ dispondo de prédio próprio, embora ~~mesmo que~~ a Constituição promulgada determinasse que a Câmara Legislativa a ser instalada deveria ter uma sede própria, adaptamo-nos às instalações provisórias e precárias,

do ponto de vista da funcionalidade, deste edifício, ~~Estamos formamos os~~ tf ~~edifício~~ | que era sede da EMBRATER, lfc. D transformamos em sede da Câmara Legislativa.

Nao tínhamos equipamentos — nem sei se já os temos — porém mesmo assim improvisamos, trazendo maquinas emprestadas, ou redigindo documentos à mão desde que nao parasse o processo da atividade legislativa.

Nao tínhamos funcionários (será que já os temos?), mas convidamos nossos auxiliares, que nos vieram servir ~~todos~~ antes mesmo de serem nomeados para seus cargos, e deverão receber seus salários como prestadores de serviços, e não o salário devido a um funcionário registrado com carteira assinada.

Concedo aparte ao nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Sr. Presidente, nobre Deputado, lembro-me da precariedade, em termos de funcionamento da nossa Casa, no início dos nossos trabalhos, e da situação de alguns servidores. Observo que algumas pessoas nos estão servindo desde o dia 02, abrindo mão de ~~deixando de ter~~ suas férias e de ~~estar~~ na convívio de suas famílias. Refiro-me especificamente aos servidores do Senado Federal, que vieram nos ajudar e, infelizmente, estão tendo tratamento discriminatório. Por quê? Nos, da Comissão de Estrutura e Organização, à época, formulamos uma solicitação ao Senador Nelson Carneiro, no sentido da ~~pedindo~~ rticolaboração de determinados servidores. Essas pessoas vieram, e agora não receberão pela prestação de seus serviços no período compreendido entre os dias 02 e 14.

(s/Iara)

Taq Iara
Hora 17 h 30
Orador- Cláudio Monteiro (cont)

Gostaria de alertar o 1º Secretário e os demais companheiros desta Casa para a necessidade de reverter esse quadro, porque a exploração mais viva é a exploração do homem pelo homem. E, se assim ocorrer, se essas pessoas só forem pagas a partir da data da nomeação das suas requisições, estaremos explorando essa mão - de - obra durante quatorze dias, sem que tenhamos pago para isso. Quando vieram para cá, acreditaram em nossa palavra, e muito contribuíram para que esta Casa funcionasse, precariamente ou não. A alegação de que a Constituição veda duplo emprego é incorreta, porque a prestação de serviço pode ser feita por qualquer servidor público, e eles poderiam muito bem receber nesse período por uma prestação de serviço. Gostaria de chamar a atenção de todos os companheiros parlamentares para o fato de que precisamos reverter o mais rápido possível essa injustiça. Devemos pensar naqueles que nos ajudaram ontem, para que amanhã, também possam fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO - É muito oportuuna a sua participação, nobre Deputado, e é com muita alegria e orgulho que incorporamos ao nosso pronunciamento o registro de V.Exa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Deputado Peniel Pacheco, acredito que a preocupação do Deputado Cláudio Monteiro é bastante pertinente. Não se trata somente dos servidores cedidos pelo Senado Federal, que tiveram suas férias sacrificadas, mas também de muitos que ingressaram conosco neste projeto de vida de criar um Legislativo real em Brasília. Entretanto, entendo a preocupação do 1º Secretário. Não estou aqui

substimando a sua palavra. Há servidores do Senado Federal e outros que foram cedidos a esta Casa, ainda que a nível informal, no primeiro momento, que estam sem receber a sua remuneração. Temos de encontrar uma solução para o problema. O Nobre Deputada tendo conhecimento da Legislação Trabalhista, entende que no âmbito da Administração Pública ura servidor ~~público~~ não pode receber remuneração de duas diferentes fontes. Não sou conhecedor da matéria, mas se assim é do conhecimento do Sr. Deputado, V. Exa. ~~o Deputado tiver conhecimento,~~ poderia orientar a 1º Secratária, dando embasamento jurídico e inclusive ~~assumindo a própria~~ preservando orientação à Casa que seria muito bem-vinda.

O SR. PENTEL PACHECO - Agradecemos também o aparte ao nobre Deputado.

Se não tínhamos ~~funcionários~~ funcionários - e ainda estamos tendo dificuldades para que eles possam efetivamente participar ao trabalho desta Casa- nós nos temos desdobrados, o quanto possível, para tentar suprir esta carência.

Não tínhamos Regimento Interno; tomamos um emprestado, e, diga-se de passagem, imprestável para a nossa realidade.

Se não tivemos o direito ~~de possuir estas~~ às coisas que nos são lícitas e indispensáveis, tínhamos, ista sim, a previsão de recesso parlamentar, que nos permitiria, independente de estarmos em atividade permanente, resolver estas questões sem a preocupação do trabalho efetivo. Mas, também aqui, abdicamos da opção mais cômoda, para ingressarmos definitivamente no trabalho que já vinha sido desenvolvido informalmente há três meses, sem remuneração.

Não estou aqui, Sr. Presidente, tentando atirar confetes nos Deputados. Acredito que não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação. É o nosso

~~dever~~

dever viabilizar a ação do Legislativo local. Todos nós, portanto, assumimos essa responsabilidade e esse compromisso. Viemos à luta. Estamos fazendo funcionar esta Casa, vencendo os percalços «p» aqui ~~foram~~ citados.

(segue Sueli -este é o quadro...)

Este é o quadro cristalino da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Mas eu faria uma pergunta, Sr. Presidente: Será que esta tem sido a visão que a sociedade faz de nós?

Lamentavelmente, eu gostaria de ressalvar que a resposta é: Não!

Auscultando entre as pessoas que acompanham nosso trabalho à distância, cidadãos comuns que ouvem esporadicamente uma ou outra informação acerca desta Casa, descobriremos opiniões as mais variadas. Mas, na maioria dos casos, veremos concepções bastante negativas.

Por que isto? De quem é a culpa? A quem interessa a desmoralização e o esvaziamento do Legislativo?

São perguntas que surgem neste momento e cujas respostas eu desejaria encontrar.

Sr. Presidente, já é do conhecimento de todos nós, Par-

lamentares, e da própria sociedade, aquela tendência natural que há no Brasil, de se promover o esvaziamento do Legislativo, minimizando a sua influência, especialmente quando o Legislativo não se dobra diante de pressões exercidas por parte daqueles que vêem os seus interesses ameaçados por uma atuação séria e coerente com os princípios da moralidade com a coisa publica. Quando essas pressões não surtem o efeito esperado por parte ~~destes~~ dos que as exercem, então usa-se a arma da difamação e da crítica gratuita, mas sempre financiada a peso de ouro. Eu não sei, Sr. Presidente, se este seria o caso específico da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Provavelmente não, pelo menos por enquanto.

Existe ainda, Sr. Presidente, aquela tentativa de transformar o Legislativo no "bode expiatório" das grandes mazelas que assolam especialmente as populações menos favorecidas da sociedade. Quando os tribunais não conseguem solucionar os problemas da violência e da criminalidade, em virtude de um estado de morosidade crônica, ou quando o próprio Executivo não é suficientemente capaz de promover

o bem-estar social, então torna-se mais cômodo e simples atribuir a outrem a responsabilidade do fracasso. Ou pode ser também que, diante do elevado volume de verbas públicas que são gastas anualmente com a publicidade oficial, seja mais fácil criar uma cerca protetora em volta daqueles que administram estes recursos, preservanso tais pessoas de eventuais desgastes perante a imprensa.

Esse certamente não ê o caso do Legislativo, e então a corda acaba arrebentando do lado mais fraco. ~~Mas~~ e~~u creio,~~ Sr. Presidente, ~~e quero~~ até reluto em tentar pelo menos imaginar que esta seria a situação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Recuso-me a conceber que gestos tão maquiavélicos ~~viessem a~~ pudessem ser cometidos por membros da equipe do Governo do Distrito Federal. Quero, portanto, esperar que essa atitude jamais ocorra.

O que estaria acontecendo, então? ~~Quero pedir~~ Peço aos nobres Deputados que me desculpem, mas, *á* minha avaliação não é nada lisonjeira. A culpa, em certo sentido, é nossa! Falta-nos um pouco mais de paixão pelo trabalho legislativo. Precisamos \ nos conscientizar-

ainda mais do quanto o nosso trabalho é relevante para esta cidade, do quanto esta Casa pode fazer diferença na vida da sociedade. Precisamos ter mais coleguismo e mais solidariedade na defesa intransigente das nossas próprias prerrogativas. Não podemos, absolutamente, abrir mão daquilo que ~~nos~~ nosso é direito. Nao se trata aqui de criar máscaras com o intuito de tentar encobrir eventuais erros cometidos por qualquer um de nós. Não, absolutamente, não! Mas isto não significa ~~bem~~ bem que devamos ~~nos~~ -nos engalfinhar numa verdadeira luta de titãs, com o objetivo único de tentar prevalecer ~~acima de~~ sobre o outro. Eu perguntaria: que benefício traria isso? Que vantagem o Legislativo levaria perante a sociedade nessas brigas, muitas vezes por questões irrisórias, ~~acometidas~~ ocorridas entre nós?

(Creio que seja a hora, Sr. Presidente, de resgatarmos o espírito...Delza.)

30 JAN 1991

OL-120

nata. 30.01.91 33/1
•orador: Peniel Pacheco
Hora. 17h40min
Taq. Mota II

Creio que ~~seja a~~ hora, Sr. Presidente, de resgatarmos o espírito de equipe que tantos benefícios trará ao nosso parlamento.

E, a partir de agora, aqueles que estiverem dispostos a alcançar a bandeira do fortalecimento do nosso Legislativo tenham em mim um forte aliado.

Ouço o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. tôERALDp/r^AGELA - Nobre Deputado, acho que o tema abordado realmente tem de ser apreciado com profundidade e nas suas nuances não recai responsabilidade sobre a imprensa ou sobre o Executivo. Concordo em que uma parcela da população está correta ao fazer a crítica ao Legislativo. Estou de acordo com V.Exa. neste diagnóstico. Acho que a imprensa aqui dentro - salvo raras, raríssimas exceções, e muito raais por equívocos, por erros que às vezes sejam até de nossa responsabilidade - tem sido de uma lealdade, de uma transparência que merece registro, pela dgnidade com que seus profissionais têm desempenhado seu papel. Sabemos que existe ~~uma~~ diferença entre o trabalho dos profissionais e a ideologia ou intenção dos donos das órgãos de imprensa. Muitas ~~das~~ vezes. o que sai divulgado não é o que o repórter, ~~a que~~ t ~~profi ssio-nal~~ escrevei, ~~mas~~ a versão que o dono da empresa jornalística quer passar. Mas o papel de críticos que esses profissionais têm cumprido aqui é aquele, que. entendemos, deveriam cumprir. Agora, acho que V.Exa. é de certa forma um tanto conivente conosco. ~~Mas~~ temos de fazer autocrítica. Este parlamento começou errado. Vide a forma como foi composta a Mesa, numa repetição dos vícios de outros parlamentos. Do mesmo modo a forma de eleição nas comissões. E foi repetida aquela máxima de São

Francisco de Assis - [redacted] me permitam os religiosos lembrar - de que é dando que se recebe. E houve ainda a história do "trem da alegria", o palio do Presidente ter um carro só para ele etc.

Depois houve desmentidos, houve versões diferentes, mas tudo isso é respondabilidade de quem ? Não é do eleitor, não é do cidadão que nos elegeu; é nossa.

Temos de fazer autocrítica, sim. Não podemos dizer que os 24 Deputados estão errados, mas acho que há erros que são da responsabilidade dos 24. No entanto, gostaria que não fossem atribuídos a mim ou à bancada do partido ao qual pertenço, porque queremos um parlamento diferente, queremos um parlamento moderno. As vezes até fico assustado. Vejam quantos dos nossos companheiros não estão aqui agora. Acho que em parte eles tem razão, pois hoje viemos aqui, como todos os outros dias da semana, e não votamos nada.

A população quer que comecemos a decidir. Bem ou mal, vamos discutir a questão do Metrô, ou o problema do transporte coletivo, dos assentamentos, a situação da educação e da saúde. Muitos dos discursos que fazemos aqui durante o dia são para nós mesmos, ou para um segmento particular do nosso eleitorado.

Então, creio que a população está certa. Quem nos [redacted] critica está agindo corretamente . [redacted] A imprensa tem sido boazinha conosco, porque já estamos no terceiro dia de trabalho desta semana e nao votamos nada. V.Exa. mesmo é Presidente de uma Comissão [redacted] do Legislativo, que tem a responsabilidade inclusive de agilizar o processo de implantação do qual também faço parte. Mas nos podemos reunir-nos extraordinariamente afim de contribuir para acelerar esse trabalho. A responsabilidade

pelo atual quadro é nossa, e, se quisermos, podemos reverter essa situação, mas, nobre Colega, essa tem de ser uma decisão dos 24. A política do é dando que se recebe ou do puxar o tapete tem de deixar de existir aqui, e a lealdade na divergência tem de permanecer.

Segue Andréia/ Peniel

O SR. PENIEL PACHECO — Agradeço o aparte e concordo com V.Exa., especialmente quando se reporta ao momento da eleição da Mesa dizendo que os vícios se repetem, fi*^ta>Aa«daM§aáyuAÇiAa*» inclusive os vícios do próprio PT ao não tomar parte em uma discussão mais ampla para que se tivesse aqui a participação colegiada de todos os blocos. Naquela oportunidade, quando não merecemos o voto do PT, ainda assim retribuímos com voto. V.Exa., talvez por não ter estado presente à última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, não tomou conhecimento do esforço que estamos fazendo para aprovar o mais depressa possível o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Mas perdôo o desconhecimento e o motivo da ausência.

Absolutamente não desejo, Sr. Deputado, abrir mão das minhas concepções filosóficas ou ideológicas, nem pretendo que outros o façam. O que desejo é que, mesmo nas divergências, ou no calor das discussões de matérias polêmicas ou conflitantes, saibamos manter uma postura de respeito mútuo, indispensável para a convivência fraterna, pluralista e democrática. Precisamos, sem dúvida, Srs. Deputados, vencer estas questiunculas que muitas vezes se alojam em nossos pensamentos e norteiam nossa forma de conduta, levando-nos a apartear um colega com pedras nas mãos, procurando levar questões muitas vezes filosóficas ou ideológicas para o campo pessoal, com agressões aos companheiros, esquecendo-nos de que quando

atingimos um colega, independentemente da corrente ideológica a que pertença, estamos atingindo a própria Casa. Jamais estarei conivente com erros cometidos nesta Casa, embora possa haver concepções diferenciadas do que seja erro e do que não seja.

Sr. Presidente, não pretendo estender-me além do tempo. Concluo convocando os nobres Deputados a que se juntem a nós nessa luta, de modo que, quando percebermos que alguma coisa não está sendo conduzida de forma positiva, haja dignidade, eu diria até, Sr. Presidente, haja aquela transparência indispensável de uma conversa pessoal. Sem dúvida essa atitude será muito mais saudável e poderá trazer uma contribuição real. A atitude de usar a tribuna como objeto de descarga de revoltas pessoais não trará benefícios a esta Casa.

Ao encerrar este pronunciamento, quero colocar-me lado a lado com aqueles que estão dispostos a erguer a bandeira do fortalecimento do Legislativo, a romper com todos os vícios que porventura já comecem a se cristalizar entre nós, e, acima de tudo, a vencer todas as barreiras e todas as oposições que se levantarem, partam de onde partirem, para que possamos fazer do Legislstivo do Distrito Federal o exemplo de um Letislativo moderno, avançado, competente, e que venha a cristalizar os anseios maiores da nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

30 JAN 1991
30 JAN 1991
CL- 125

O SR PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima sessão ordinária para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

* * *

CL-126

MESA

Presidente
Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente
Tadeu Roriz (PSC)

12 Secretário
Pedro Celso (PT)

22 Secretário
José Ornellas (PL)

3S Secretário
Benício Tavares (PDT)

Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)